



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

GABRIEL GOMES RIBEIRO

Universidade de Brasília – UnB

**DILEMAS DA GESTÃO PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

BRASÍLIA – DF

2019

GABRIEL GOMES RIBEIRO

DILEMAS DA GESTÃO PARTICIPATIVA: UMA ANÁLISE DOS MODELOS DE
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso do Centro
de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília.

Orientador (a): Prof. Dr. Fagno Tavares de Oliveira

BRASÍLIA – DF

2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Mariza e Williams, pelo carinho, apoio e exemplos de vida.

Aos meus irmãos Bruna e Daniel, pelos incentivos, confiança e tempo destinado aos debates e ensaios acerca dos assuntos tratados neste trabalho.

À minha companheira Natasha, pela paciência, carinho e apoio nos momentos mais difíceis desse trabalho.

Ao meu orientador Fagno Tavares por todo conhecimento compartilhado, pelos incentivos à pesquisa acadêmica, por todo apoio e motivação, além de referência e exemplo como docente, como pesquisador científico e como ser humano.

Aos meus primos Igor, Lucas, Murilo, Felipe e Rodrigo por sempre acreditarem no meu potencial e me motivarem, além dos preciosíssimos amigos e amigas de vida Artur Araújo, João Henrique, Rafael César, Pedro Victor, Luiz Felipe, Natasha Karl, Isabella Souto, Gabriela Braga, Marina Machado, Giulia Albuquerque, Rodolfo Santos e Lucas Barbosa por sempre ajudarem na manutenção do meu equilíbrio pessoal, pelos incentivos, por todo o apoio, pelas sessões de reflexões e lazer.

A todos os amigos e amigas de Tefé e da Reserva Mamirauá por terem me recebido tão bem.

A toda equipe da Pousada Uacari que sempre me tratou com muito respeito, profissionalismo e humanidade durante meus seis meses de trabalho como guia naturalista.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2. METODOLOGIA..... | 9 |
| 3. MARCO TEÓRICO..... | 13 |
| 3.1 Ecoturismo, uma atividade em ascensão..... | 13 |
| 3.2 Um novo caminho para o turismo: o ecoturismo de base comunitária..... | 18 |
| 3.3 O processo de participação local e sua importância para o ecoturismo de base comunitária..... | 22 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 24 |
| 4.1 Modelos de gestão participativa de ecoturismo de base comunitária..... | 24 |
| 4.1.1 Região Norte..... | 24 |
| 4.1.2 Região Nordeste..... | 26 |
| 4.1.3 Região Centro-Oeste..... | 29 |
| 4.1.4 Região Sudeste..... | 32 |
| 4.1.5 Região Sul..... | 34 |
| 4.2 Efetividade dos modelos de ecoturismo de base comunitária..... | 36 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 47 |
| 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 50 |
| 7. APÊNDICE..... | 53 |

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária e da gestão participativa das comunidades locais nos processos de planejamento, atuação e monitoramento dos projetos já existentes pelo território nacional. Ao longo desse estudo serão levantadas as adversidades e dificuldades existentes entre os atores sociais e institucionais, mas também expor as alternativas e soluções, tendo-se como referência em cinco modelos (um por região) que são referências no país. A primeira parte deste estudo tratar-se-á sobre os dados quantitativos e qualitativos acerca do ecoturismo como oposição às práticas de turismo de larga escala, para depois aprofundar-se no ecoturismo de base comunitária a fim de levantar um modelo por região do país (Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), analisar cada modelo, compará-los verificando a efetividade de cada um e, por fim, propor alternativas que venham a aprimorar o desenvolvimento das atividades de ecoturismo de base comunitária no país.

Palavras-chave: gestão participativa; ecoturismo; turismo de base comunitária; turismo.

ABSTRACT

This Study aims to analyze the development of community based ecotourism and the participative management of local communities in the planning, action and monitoring of projects already existing in the national territory. Throughout this study will be raised the adversities and difficulties existing between social and institutional actors, but also expose the alternatives and solutions, taking as reference five models (one per region) that are references in the country. The first part of this study will deal with quantitative and qualitative data on ecotourism as opposed to large-scale tourism practices, and then delve into community-based ecotourism in order to raise a model by region of the country (Northeast, North, Midwest, Southeast and South), analyze each model, compare them and verify their effectiveness and, finally, propose alternatives that will improve the development of community-based ecotourism activities in the country.

Key-words: participative management; ecotourism; community based tourism; tourism.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Norte – Turismo de Base Comunitária Pousada Uacari (Tefé Médio Solimões – AM);
- Figura 2. Nordeste – Prainha do Canto Verde (Beberibe Litoral Leste – CE);
- Figura 3. Centro-Oeste – Comunidade Quilombola Kalunga (Cavalcante – GO);
- Figura 4. Sudeste – Quilombo do Campinho da Independência (Serra Verde Imperial – Paraty RJ);
- Figura 5. Sul – Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba (Litoral – PR);
- Figura 6. Principais países emissores de turistas no segmento ecoturismo;
- Figura 7. RDSM Pousada Uacari (Polo Médio Solimões - AM) na Região Norte;
- Figura 8. Prainha do Canto Verde (Litoral Leste - CE) na região Nordeste;
- Figura 9. Povoado Quilombola Kalunga (Região Turística da Chapada dos Veadeiros - GO) na região Centro-Oeste;
- Figura 10. Quilombo do Campinho da Independência (Serra Verde Imperial - RJ) na região Sudeste;
- Figura 11. Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba (Litoral - PR) na região Sul.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ACHAVE | Associação de Agências e Receptivos da Chapada dos Veadeiros |
| AMOC | Associação de Moradores do Campinho |
| APA | Área de Proteção Ambiental |
| CBTS | Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável |
| EE | Estação Ecológica |
| EMBRATUR | Instituto Brasileiro de Turismo |
| FUBRA | Fundação Universitária de Brasília |
| IAP | Instituto Ambiental do Paraná |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDSMT | Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá |
| INPA | Instituto de Pesquisas na Amazônia |
| ITERJ | Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MTUR | Ministério do Turismo |
| PN | Parque Nacional |
| PNT | Plano Nacional de Turismo |
| PNMT | Programa Nacional de Municipalização do Turismo |

| | |
|------------|--|
| PRODETUR | Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo |
| PRODETURIS | Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral |
| PUC | Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| RCTC | Rede Caiçara de Turismo Comunitário |
| RDS | Reserva de Desenvolvimento Sustentável |
| RESEX | Reserva Extrativista |
| SEPPIR | Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| TBC | Turismo de Base Comunitária |
| TUCUM | Rede Cearense de Turismo Comunitário |
| TURISOL | Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário |
| UC | Unidades de Conservação |
| UEA | Universidade Estadual do Amazonas |
| UFMA | Universidade Federal do Amazonas |
| UFG | Universidade Federal de Goiás |
| UFPR | Universidade Federal do Paraná |
| UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| UNB | Universidade Federal de Brasília |
| UNIRIO | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |

INTRODUÇÃO

O Ecoturismo é o segmento turístico que proporcionalmente mais cresce no mundo, enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo está crescendo entre 15 a 25% por ano (ICMBio, 2017). A Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda o turismo ecológico. O faturamento anual da atividade, a nível mundial, é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões (ICMBio, 2017).

O interesse da sociedade em conhecer áreas naturais é um fator a ser celebrado e incentivado, porém deve ser planejado, a fim de que se torne possível cada vez mais indivíduos, não só conhecerem, como reconhecerem a importância dos espaços naturais. Apesar do impacto ambiental da presença humana, o ecoturismo contribui para a preservação e conservação do espaço natural por ser um meio de educação ambiental, permitir a integração, o crescimento e o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

Reconhecer a importância da inserção das comunidades locais e de seus conhecimentos vem se mostrando característica básica, portanto, fundamental para o planejamento e desenvolvimento que priorize propor planos de ações estratégicos que haja o real conhecimento e protagonismo das comunidades locais nos processos. De acordo com Pimbert e Pretty (2000) “esses grupos assumem o controle acerca das decisões locais e, então, as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e práticas”. Ou seja, inserir as populações na gestão dos recursos naturais se mostra como a melhor estratégia para distribuição dos benefícios, acompanhamento e fiscalização dos próprios locais se realmente está trazendo benefícios socioeconômicos e ambientais.

A atividade de ecoturismo de base comunitária é desenvolvida em consonância com os objetivos da gestão participativa, uma vez que visa promover a conservação dos recursos naturais e gerar benefícios socioeconômicos para as populações (MORAES, 2006).

A gestão participativa é uma ferramenta estratégica para o envolvimento das comunidades locais residentes a fim de possibilitar a sua participação nas deliberações, no gerenciamento das atividades de ecoturismo de base comunitária como os meios de hospedagem, prestação de serviços, no associativismo, nas tomadas de decisão a partir da associação local, nas divisões dos excedentes gerados, na condução dos visitantes, no fornecimento de produtos agrícolas, nas vendas de artesanatos, na recepção dos turistas nas comunidades envolvidas, dentre outros. De acordo com Hall (2001) e Graci (2013):

“a construção e viabilidade de um modelo turístico sustentável pressupõe atenção às questões relacionadas à gestão participativa, mediante a integração das populações locais nos processos de desenvolvimento turístico, de forma que essas deixem de ser apenas espectadoras de ditos processos e tornem-se verdadeiras protagonistas, gestoras e beneficiárias da própria atividade”.

Neste contexto surgem questionamentos sobre a participação local no processo de tomada de decisão, dentre eles o que norteia esta pesquisa: A gestão participativa do ecoturismo de base comunitária promove maior integração social, qualifica e capacita às populações locais enquanto as emancipa para a autogestão, além de favorecer a conservação da natureza?

As hipóteses levantadas para compreender tal problemática foram: a) A gestão participativa possibilita maior integração da população local no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, melhora a qualidade de vida e a valorização da natureza; b) Diferentes formas de gestão participativa do ecoturismo de base comunitária acabam por fragilizar o discurso da participação social.

Analisar os modelos de gestão participativa no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária em cinco regiões do Brasil foi o objetivo geral deste trabalho, para isto foram necessários: a) Levantar modelos de gestão participativa do ecoturismo de base comunitária; b) Comparar os modelos de gestão participativa adotados para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária; c) Verificar a efetividade dos modelos de gestão participativa do ecoturismo de base comunitária; e d) Propor alternativas para o desenvolvimento da gestão participativa do ecoturismo de base comunitária.

2. METODOLOGIA

Os métodos de pesquisa para atingir os objetivos desse estudo consistem em pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo, com apoio da análise comparativa sobre casos de ecoturismo de base comunitária nas cinco regiões do Brasil.

A pesquisa consiste no levantamento e leitura de livros, revistas, artigos científicos, teses que tenham como foco nas seguintes temáticas: ecoturismo, turismo de base comunitária, gestão participativa e áreas naturais. De acordo com Trujillo (1974, p. 230) as pesquisas bibliográficas permitem “reforços paralelos na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. Portanto, esse método não é uma mera repetição do que já

foi escrito ou dito, mas sim o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem somando-se à do cientista que investiga determinado assunto.

Quanto à pesquisa documental, a qual consiste na busca por informações registradas em documentos oficiais. Esse método se assemelha muito a pesquisa bibliográfica, com a diferença entre a natureza das fontes: a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 1987 p. 51).

As técnicas *Scanning* e *Skimming* foram utilizadas, uma vez que o *Scanning* é a estratégia usada para extrair do texto as informações pelas quais o leitor procura, focalizando naquelas que sejam necessárias para suprir as necessidades do leitor, o *Skimming*, por sua vez, é uma estratégia de leitura para obter a ideia geral a respeito do texto, para que seja eficaz é preciso não se deter a detalhes específicos do texto, e sim realizar uma leitura geral no intuito de entender a temática principal abordada (MARCONI, 2003, p. 19).

Para a análise e interpretação dos dados, foi realizada uma análise comparativa dos modelos de desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária em cinco regiões do Brasil com o apoio de planilhas eletrônicas. Na qual foram categorizadas e avaliadas quinze características de cada um dos cinco modelos analisados neste estudo. As 15 categorias correspondem à: **a)** Ano do projeto; **b)** Tipo de gestão?; **c)** Atuação de agências ou operadoras?; **d)** Atuação de pesquisas científicas; **e)** Faz parte de alguma rede de TBC?; **f)** Distribuição dos benefícios?; **g)** Programas socioeducativos?; **h)** Subsídios do governo?; **i)** Capacitação e qualificação; **j)** Saúde (mortalidade, drogas, prostituição e homicídios); **k)** Número de comunidades/famílias envolvidas; **l)** Está dentro de alguma Unidade de Conservação?; **m)** Município (capital e Estado); **n)** Distância até a capital; **o)** Incentivo governamental para o desenvolvimento do turismo.

Os modelos selecionados foram: Norte – Turismo de Base Comunitária Pousada Uacari (AM); Nordeste – Prainha do Canto Verde (Litoral Leste – CE); Centro-Oeste – Comunidade Quilombola Kalunga (Região Reserva da Biosfera do Goyás – GO); Sudeste – Quilombo do Campinho (Serra Verde Imperial – RJ); e Sul – Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba (Litoral – PR) (Figuras 1 a 5):



Figura 1. Norte – Turismo de Base Comunitária Pousada Uakari (Tefé Médio Solimões – AM);
Fonte: Google Maps, 2019.

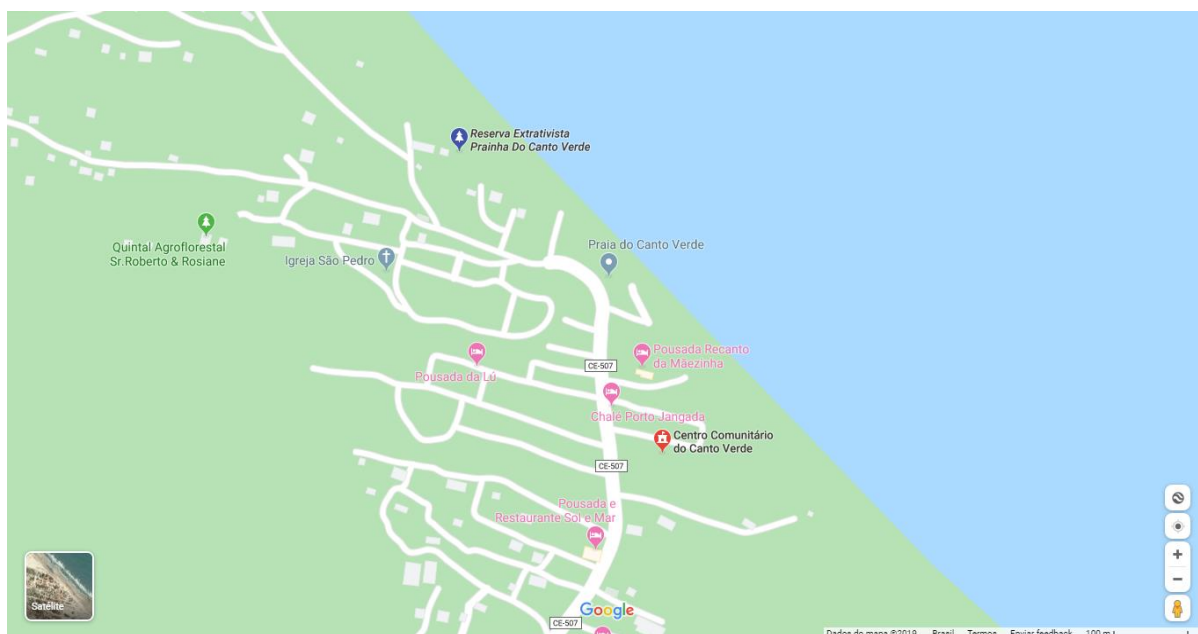


Figura 2. Nordeste – Praia do Canto Verde (Beberibe Litoral Leste – CE);
Fonte: Google Maps, 2019.

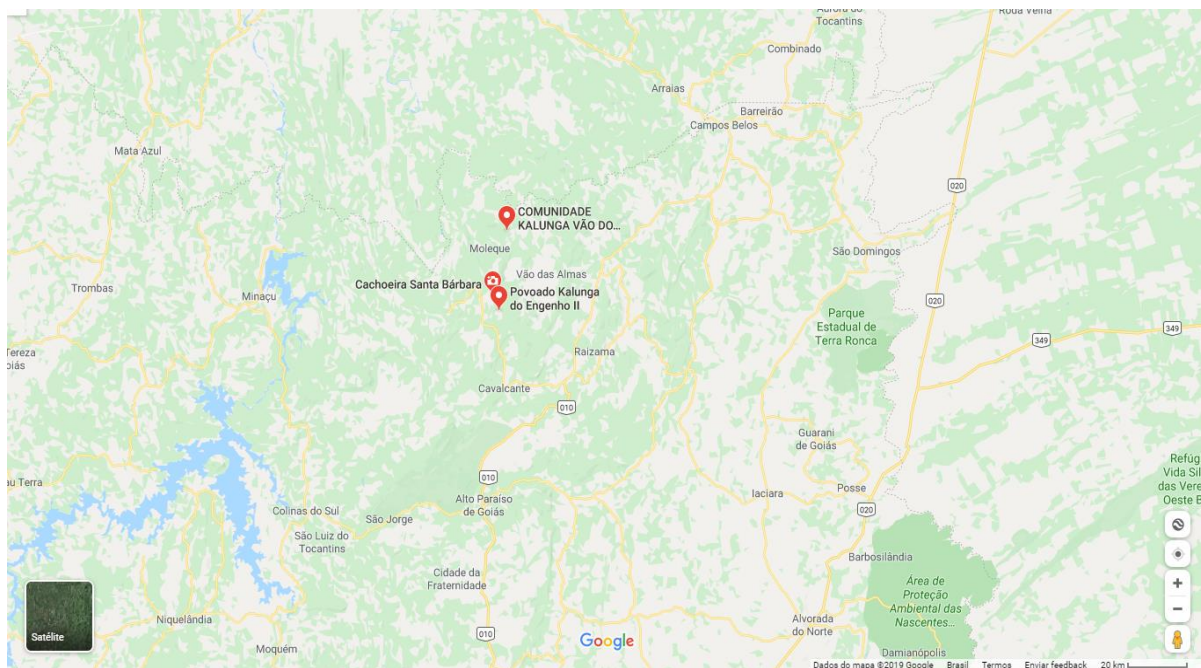


Figura 3. Centro-Oeste – Comunidade Quilombola Kalunga (Cavalcante – GO);
Fonte: Google Maps, 2019.

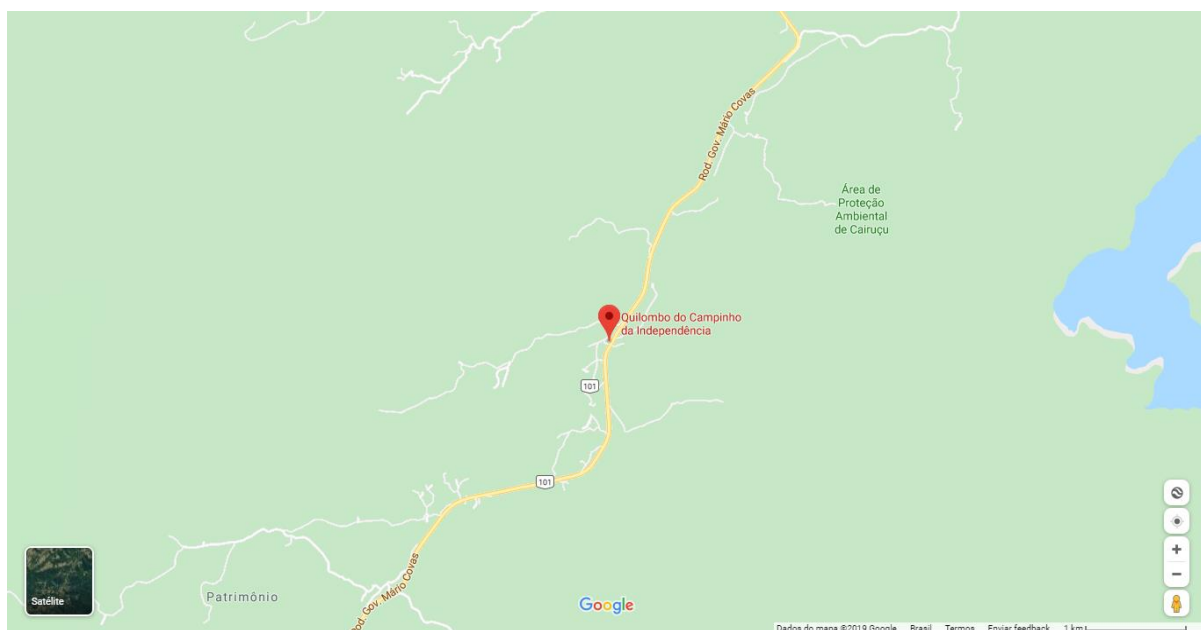


Figura 4. Sudeste – Quilombo do Campinho da Independência (Serra Verde Imperial – Paraty RJ);
Fonte: Google Maps, 2019.

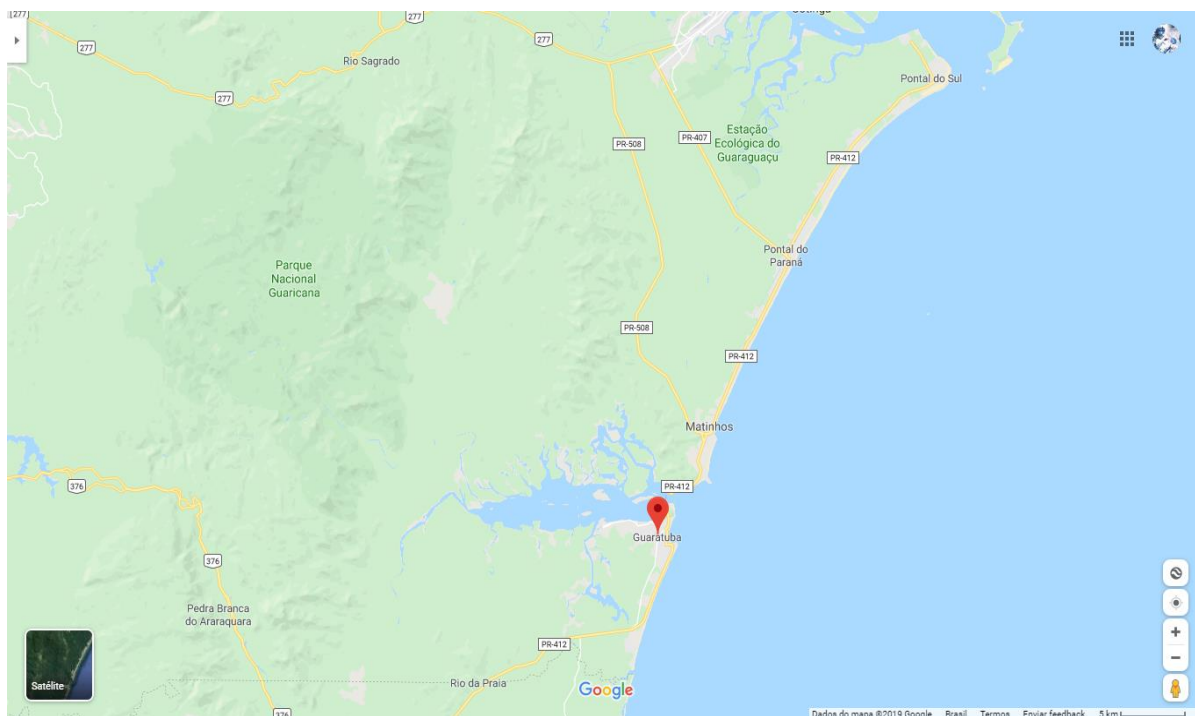


Figura 5. Sul – Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba (Litoral - PR);
Fonte: Google Maps, 2019.

Os modelos selecionados são considerados *cases* de sucesso no segmento de Turismo de Base Comunitária no Brasil, a maioria destes se encontram afastados das capitais ou grande cidades, a fim de romper com o paradigma de que apenas destinos próximos a grandes cidades têm chances de sucesso, e, além disso, estão todos os cinco inseridos no Mapa Brasileiro de Turismo do MTur (2013-2019) e compõem os 65 Destinos Indutores do Turismo (Plano Nacional de Turismo 2007-2010) no país, com exceção do destino da região Norte, por esse motivo, a análise comparativa dará respostas e esclarecimentos essenciais sobre sua efetividade para que possam ter suas características mais importantes ressaltadas e replicadas conforme o contexto e realidade.

3. MARCO TEÓRICO

3.1 – ECOTURISMO, UMA ATIVIDADE EM ASCENSÃO

As atividades do setor turístico têm sua importância reconhecida no âmbito social, ambiental e econômico. De acordo com levantamento feito pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que apontou o setor como o terceiro no mundo em termos de geração de divisas. No Plano Nacional de Turismo (2018-2022) foi identificado como o quinto maior

gerador de divisas do Brasil, com expectativa de que, em 2020 um em cada dez empregos seja criado no setor. Todavia, se por um lado as atividades relacionadas ao turismo tem o potencial de promoverem o desenvolvimento e o crescimento para os destinos e aos seus residentes, por outro, “são reconhecidos os impactos e influências negativas, especialmente nos destinos de turismo de massa, quanto à cultura local, a preservação das paisagens naturais, a especulação imobiliária e em relação à conservação dos recursos ecossistêmicos que abastecem o destino.” (MENDONÇA, 2004).

Ao observar as diversas atividades que o turismo abarca, vale ressaltar que o turismo de massa vem sendo valorizado e desenvolvido em países do Hemisfério Norte e Sul, principalmente com o objetivo de gerar superávit na balança comercial. Essa situação é justificada por uma premissa baseada na geração de emprego e renda para a população local, além de ser norteadas pela busca do aumento constante nos diversos fluxos, sobretudo, de turistas para esses destinos (MEDEIROS e VIVIANE, 2019).

O turismo de massa é uma das maneiras de se praticar a atividade turística com seu crescimento e desenvolvimento demonstrando-se pouco equitativo, produzindo impactos negativos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos (MOWFORTH e MUNT, 1998). O modelo massivo de turismo “[...] se refere à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas [...]” (COOPER; HALL; TRIGO, 2011, p. 39), isto é, trocando em miúdos, o que se refere à produção em larga escala para um grande volume de pessoas, num mesmo destino e época do ano.

Quando o turismo se apropria de um lugar, o processo de turistificação estará presente independentemente da orientação do turismo adotado pelo lugar, seja ela de caráter alternativo ou de massa (RAMOS, 2010), ou seja, o lugar mudará inexoravelmente. Portanto, percebe-se que, a atividade turística massiva carrega consigo impactos, tais como devastação das áreas naturais, marginalização dos residentes, extinção de espécies nativas, crescimento populacional, favelização, aumento da circulação de veículos, especulação imobiliária, e descaracterização da arquitetura (IPHAN, 2000), transformando-o num vilão. Para Krippendorff (2003, p. 84) “a massificação da viagem, a organização racionalizada e o desenvolvimento padronizado impedem mais uma vez as relações calorosas e qualquer tipo de troca intelectual”.

Diante do exposto, se afere sobre o turismo de massa que este é:

[...] intensificador da concentração de renda, gerador de sub-empregos, agressor da paisagem natural e cultural nos destinos, descaracteriza os ambientes naturais, os

costumes e valores tradicionais, a gentrificação e a consequente exclusão territorial dos residentes locais. (MENDONÇA, 2004, p. 87).

No Plano Aquarela 2020 – Marketing Turístico Internacional, o segmento de Ecoturismo é classificado como um dos cinco segmentos prioritários do Brasil (MTur, 2017). No Estudo da Demanda Turística Internacional 2017, realizado pelo Ministério do Turismo, 6.588.770 (Seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta) turistas estrangeiros ingressaram ao país, destes números, 58,8 % tinham como motivação Lazer e as atividades de Ecoturismo, o qual representou aproximadamente de 16,3% dessa motivação (EMBRATUR, 2017).

De acordo com o Panorama do Ecoturismo 2017 da Embratur, os principais países emissores de turistas ao Brasil estão Japão, Austrália, China e outros com percentual considerável (Figura 6) que buscam o Brasil para realizar atividades de ecoturismo.

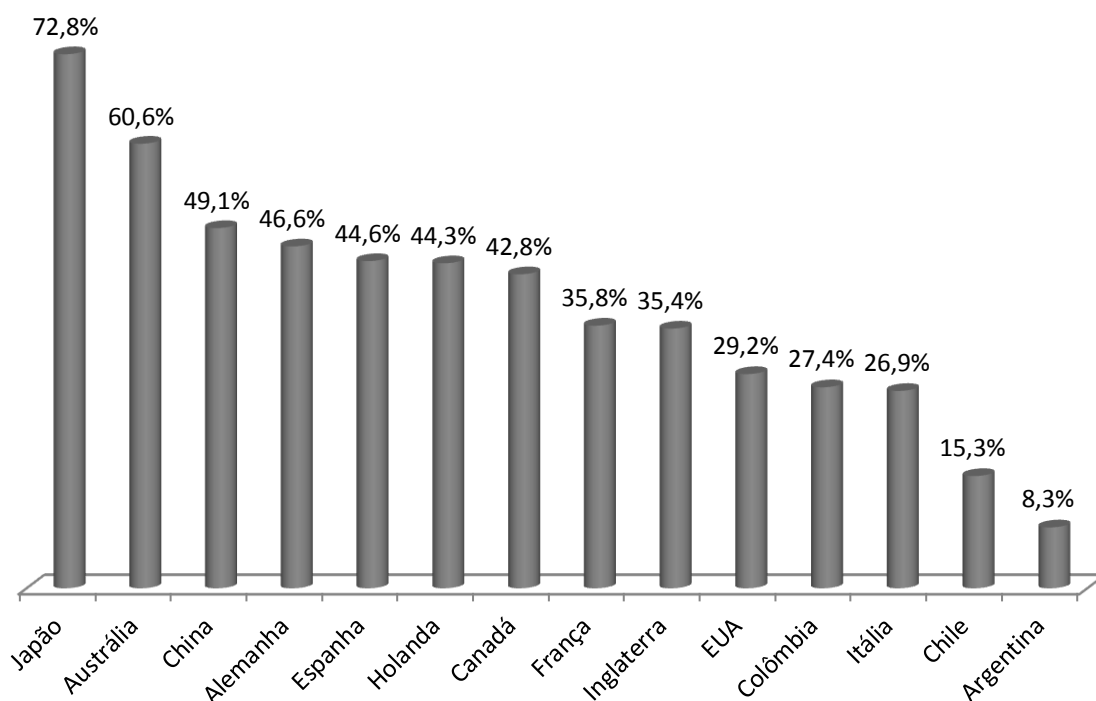


Figura 6. Principais países emissores de turistas no segmento ecoturismo.

Fonte: Adaptado de Panorama Embratur, 2017.

O dados apresentados no Panorama do Ecoturismo 2017 da Embratur expõe o grande potencial que o Brasil possui e o quanto a oferta do ecoturismo é valorizada nesses países. Sendo estratégica a decisão pela isenção de visto para alguns países, como no caso da Austrália, Canadá, EUA e Japão pelo Governo Federal em março de 2019. De acordo com o

Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio “Hoje temos 6,6 milhões de turistas vindo por ano ao Brasil. E nossa meta (até 2022), que está no Plano Nacional de Turismo, é de 12 milhões de turistas estrangeiros por ano“. Portanto, facilitar o ingresso dos países que mais emitem turistas para visitar o Brasil é uma estratégia motivadora para que mais turistas também sigam a essa tendência.

Seguindo outra tendência na década de 80, a de valorização do meio ambiente, começava a alcançar proporção mundial. Nesse contexto, o termo “Ecológico” foi introduzido no Brasil e no âmbito do turismo não foi diferente. E foi neste cenário que a Embratur, em 1985, começou a primeira iniciativa para direcionar e ordenar o segmento de turismo de natureza com o “Projeto Turismo Ecológico”. Ainda na década de 80, foram autorizadas as primeiras ações para qualificação e certificação de guias especializados em Turismo Ecológico, mas foi com a realização da Rio 92 que o Brasil chamou a atenção mundial para o tema, além de mostrar para o mundo o potencial da diversidade nos biomas brasileiros para as atividades de turismo. Pode-se afirmar que a Rio 92 foi o principal impulsionador para atrair e dar visibilidade ao ecoturismo no Brasil, atraindo olhares dos mercados como as agências e operadoras estrangeiras para o país. Em 1994, com a publicação do documento Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, pela cooperação entre a Embratur e IBAMA, o termo ecoturismo oficialmente adotado foi:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”. (BRASIL, 1994).

Verifica-se que, mesmo após 24 anos desde a criação do primeiro conceito acerca do ecoturismo, a conceituação que o Ministério do Turismo utiliza permanece a mesma, sem aprimorá-la ou expandi-la. Atualmente, o ecoturismo é definido atualmente como:

“Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (MTur, 2018).

Vale destacar que, nas mais variadas abordagens sobre a atividade ficam evidentes as responsabilidades dos empreendimentos turísticos, que por ofertar o ecoturismo, tornam-se os maiores responsáveis pelas ações e impactos no meio ambiente e não apenas por usufruírem dos benefícios econômicos. Os gastos realizados pelos turistas é o que promove o efeito multiplicador do ecoturismo, pois mediante esses gastos em bens e serviços consumidos no local visitado, são gerados novos empregos e por consequência o aumento da renda.

Cooper (2001) afirma que os gastos que os turistas realizam são apenas parte dos impactos econômicos, sendo necessária uma análise mais aprofundada para determinar o real impacto na economia local, e tais análises podem ser feitas medindo os efeitos indireto e induzido, como, recebimento de apoios governamentais ou institucionais, pagamento de impostos, pagamento de fornecedores e abertura de novos negócios em função da renda adquirida pelo ecoturismo.

Incentivos governamentais e fortalecimento da articulação local são necessários para priorizar os produtos locais que servirão ao turismo, como mão de obra, custos de oportunidade, alimentos e bebidas, para evitar o vazamento de renda local, já que pessoas e empresas com um poder de compras altíssimo em regra de fora da localidade serão atraídas para trabalhar com turismo.

As atividades de ecoturismo podem trazer benefícios e contribuir para melhoria da qualidade do ambiente visitado, com atração de investimentos em serviços urbanos e sociais, saneamento, embelezamento, sistema de transporte e comunicação para atender tanto os residentes quanto os visitantes. “Bem como, haverá maior proteção e defesa do patrimônio cultural, segurança pública, dotação de estradas e vias de acesso, educação para o turismo e ampliação dos horizontes das pessoas residentes” (MENDONÇA, 2004).

O ecoturismo se apresenta como uma nova forma de praticar turismo, com menor impacto e onde esses pequenos impactos ao patrimônio cultural e a paisagem natural são compensados por tais benefícios consequentes do ecoturismo. No Brasil, a atividade de ecoturismo utiliza a visitação em áreas naturais como forma de vivenciar e incentivar a conservação, além de criar uma identidade ambiental, visando a responsabilidade dos usuários, a promoção da qualidade de vida das populações locais.

Grande parte das atividades de ecoturismo ocorre em áreas naturais legalmente protegidas, em especial unidades de conservação brasileiras, onde estão elementos ecossistêmicos singulares em cada região do país, as quais carregam motivações somente pelo fato de serem reconhecidas como tal e de importante valor nacional, sendo essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo.

O turismo promove a interação entre visitante e visitado, relação nem sempre amistosa, mas que devem ser consideradas no planejamento e o desenvolvimento das atividades turísticas, a fim de minimizar os efeitos negativos que pode provocar no destino, aos turistas e aos moradores locais. Neste sentido, cabe frisar que massificação mobiliza grupos com perfis diferentes, vindos de distintos lugares, mas que possuem algo em comum,

aproveitar a viagem. Por outro lado, os moradores se deparam com muitos turistas e sabem que vão ter que “aturá-los” por alguns dias, fazendo todas as suas vontades e vendo-os, por vezes, destruírem seu ambiente. (KRIPPENDORF, 2003). Diante desta realidade, começam a surgir novos movimentos turísticos alinhados à sustentabilidade social, como o ecoturismo de base comunitária.

3.2 – UM NOVO CAMINHO PARA O TURISMO: O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O advento do turismo de massa expôs os problemas do desenvolvimento desta atividade, geralmente, referenciados negativamente no que diz respeito à interação entre o turista, comunidade e os meios receptores (RUSCHMANN, 1999). De acordo com Ruschmann (1999) os impactos econômicos positivos causados pelo turismo nos destinos são importantes, pois trazem mudanças positivas tanto nas economias já desenvolvidas, quanto nas em desenvolvimento. Mas ao mesmo tempo em que beneficiam o local, trazem dúvidas quanto ao andamento da atividade fazendo com que alguns destinos dependam totalmente dela, mesmo sem estarem preparados para recebê-la.

Just Krippendorf se aprofunda e destaca outros problemas relacionados ao turismo de massa como especulação imobiliária e o aumento generalizado que afetam os autóctones:

“Ao final, chega-se, às vezes, à situação em que o preço dos terrenos e os aluguéis pagos pelos estrangeiros são tão elevados que um autóctone não pode mais se dar ao luxo de morar na própria comunidade, e muito menos construir uma casa para morar”. (KRIPPENDORF, 2003, p. 74-75).

Em contraposição a prática tradicional do turismo, outras formas de desenvolvimento da atividade têm surgido como as redes de comércio justo no turismo, ações de desenvolvimento e práticas de economia solidária, gestão participativa, protagonismo das comunidades locais (protagonismo social), fortalecimento da organização comunitária, ressignificação e valorização das relações de pertencimento dos locais com seus ecossistemas, desenvolvimento de arranjos produtivos, manejo dos recursos ecossistêmicos, fortalecimento e envolvimento das pesquisas científicas para orientar tais manejos, utilização de energias renováveis e até recuperação de áreas degradadas (SOARES, 2009, p. 7).

Diante dos problemas apresentados pelo turismo de massa, surgem novas oportunidades, principalmente voltadas para promover uma melhor relação entre turistas e

moradores locais, como por exemplo, o Turismo de Base Comunitária, que de acordo com o Ministério do Turismo compreende a:

“busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/ cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turísticas.” (MTur, 2008)

O Turismo de Base Comunitária é uma forma de turismo onde a comunidade se organiza, com o auxílio dos órgãos públicos ou não, para receber turistas de forma planejada e organizada. Onde o principal atrativo é a comunidade onde os moradores recebem os turistas e seu entorno, mostrando e valorizando as belezas naturais e seus costumes, contando suas histórias e tradições, servindo seus pratos típicos e mostrando sua cultura (Manual do TBC, MTur, 2015).

Outro exemplo é o Turismo Comunitário que, de acordo com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (2008) é definido por “Parte-se da denominação de turismo comunitário como uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista-consumista.”.

De acordo com Marta Irving (2015) em seu livro *“Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras”*, o Turismo de Base Comunitária, ou Turismo Comunitário, define esse tipo de turismo como:

“uma demanda direta dos grupos sociais do território turístico e que possuem com tal local uma relação de dependência para além do simplesmente material, onde a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida”.

O Turismo Rural na Agricultura Familiar é outra modalidade que, foi lançando no Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar (2004/2007) executado por uma parceria entre o Ministério do Turismo e a Secretaria da Agricultura Familiar, sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que consistia:

“a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos”.

O Turismo Solidário apesar de não ser considerado um segmento turístico, possui muitas características em comum, que se relacionam e se integram em três segmentos: ecoturismo, turismo rural e o turismo cultural (MTur, 2017). As características comuns entre esses segmentos são:

“as atividades turísticas são decorrentes da vivência de experiências autênticas em contatos diretos com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. Busca-se estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares.” (MENDONÇA, 2004, p. 85).

Além de outros segmentos de mercado especializado (nichos) criados na intenção de ser mais próprio e de poderem ser trabalhados e aprimorados com métodos mais específicos para cada um deles, como o ecoturismo de base local, ecoturismo na agricultura familiar, o agroecoturismo, dentre outros.

Logo, observa-se que muitas são as terminologias adotadas para as atividades de turismo de base comunitária, todavia, todas as terminologias possuem características comuns: a busca pela construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico que incluem e valorizam as comunidades locais, capacitando-os e qualificando-os para autogestão. Como formas de organização, a autogestão, o associativismo, a economia solidária e, principalmente, o protagonismo dos locais respeitando seus modos de vida, nos processos de planejamento, execução e monitoramento, além, é claro, da repartição dos benefícios advindos da atividade.

Desta forma, prevê na sua essência um intercâmbio cultural com a oferta dos produtos e serviços turísticos, em que há oportunidade tanto para o visitante quanto para a comunidade local vivenciar uma cultura diferente da sua. Desse modo, considera-se pertinente adotar a expressão “ecoturismo de base comunitária” neste estudo, pelas similaridades com as atividades, além de, visar o desenvolvimento econômico e social aliado à conservação ambiental.

De acordo com Walfrido dos Mares Guia (ex-ministro do turismo entre 2003-2007) o Brasil pode observar os modelos que vem dando certo, como em áreas rurais no Peru, em Machu Picchu, na Bolívia com a cultura Asteca e no Equador com a cultura Maia. Todos vêm demonstrando possibilidade real de desenvolver a atividade turística de forma que as comunidades locais participam ativamente do planejamento, da execução, do monitoramento dessas atividades, além de conseguirem gerar renda complementar, desenvolvimento

socioeconômico e, principalmente, sem serem excluídos de seus locais de origem pelas pressões consequentes das atividades de ecoturismo de base comunitária.

No Brasil há centenas de casos de desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, destacando-se os Estados do Amazonas, Acre, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Porto Velho, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins (EMBRATUR, 2018). Algumas dessas iniciativas estão organizadas em formas de redes de cooperativas e associações regionais de turismo do país, por exemplo, a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TuriSol), Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) e a Redturs (Rede de Turismo Comunitário da América Latina).

Observa-se que nas cinco regiões do Brasil, as redes de articulação para o desenvolvimento do turismo comunitário se fazem presentes.

Mesmo neste cenário favorável e o grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, o Ministério do Turismo (MTur) responsável por planejar, apoiar a comercialização, qualificar profissionais e, consequentemente, prospectar os destinos no país demonstrou ao longo das últimas décadas, dar pouca importância a esse segmento. Mesmo com o grande potencial que o Brasil possui e que é muito valorizado no segmento de ecoturismo de base comunitária, tanto por sua grande diversidade e variedade de destinos, quanto pela diversidade cultural nos processos históricos de cada uma das comunidades.

Apenas com a elaboração e implementação do Edital de Chamada Pública de Projetos Para Apoio Às Iniciativas De Turismo De Base Comunitária (MTur, 2008), foi incentivado o fomento a projetos com objetivo de apoiar iniciativas de TBC existentes no país com recurso limitado a R\$ 100 e R\$ 150 mil para os projetos selecionados. Porém, foi essa foi a única vez que o MTur abriu tal Chamada Pública para apoiar os projetos de Turismo de Base Comunitária, o que acaba por fragilizar o desenvolvimento desta atividade.

Há de se ressaltar que, em empreendimentos de turismo de base comunitária, para atingir o objetivo final de autogestão, muitas dificuldades podem ser encontradas. A principal delas é a apreensão da ideia por parte de todos os atores envolvidos de que a lógica capitalista de produção e maximização de lucros – na qual os trabalhadores, os mercados, a atividade está envolvida – não é, necessariamente, o melhor caminho para superação de obstáculos. Valorização e investimento em capital social é a chave para o sucesso de empreendimentos de gestão participativa e de autogestão.

Nesse sentido, estes empreendimentos – que têm, em sua essência, a preocupação central com o protagonismo das comunidades na gestão – devem compreender que a implantação da gestão participativa é um processo, fruto de uma construção gradual e coletiva. E, como cada iniciativa está inserida em um contexto específico (geográfico, socioeconômico, ambiental, institucional), é lógico concluir que o tempo de maturação deste processo é relativo. Tal entendimento por parte dos atores envolvidos na iniciativa (comunidade, técnicos, financiadores, etc.) é fundamental para se atingir o objetivo desafiador da gestão participativa.

3.3 – O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Dentro do planejamento que se dá para segmentos turísticos que visam dar, não apenas o protagonismo nos debates e deliberações, mas também autonomia para que estes possam escolher como se dará a participação efetiva das comunidades locais nos processos de planejamento, ações, gestão e monitoramento. Portanto, dentro do planejamento turístico já se é importante, ao se tratar de segmentos específicos que necessitam das comunidades, tal participação é essencial, pois a população local é conhecedora e vivencia a realidade imediata da localidade, sendo capaz de identificar as necessidades, avaliar as estratégias, desenvolver alternativas, planos de manejo, desenvolver ferramentas que levem à melhoria da qualidade de vida, ao fortalecimento da cultura local, proteção e valorização do patrimônio natural e dos recursos ecossistêmicos.

Para PETERSEN (1999), em diversos casos de planejamento e desenvolvimento turístico os equívocos são semelhantes, por exemplo, não estarem focados nos atores sociais, mas sim apenas no meio natural, tido como produto, configurando propostas à uma realidade que fica reduzida ao produto turístico. De acordo com o autor:

“[...] não admitir o ator social como agente ativo de todo processo de desenvolvimento (do diagnóstico, passando pela identificação de propostas de intervenção, seu teste, avaliação e monitoramento permanente) tem sido o equívoco gerador da maioria das frustrações dos projetos em implementação no país. Em turismo esse equívoco parece lugar comum” (PETERSEN, 1999).

As formas de se incluir as populações no processo de planejamento e implementação de projetos, na maioria das vezes, ocorreu e ocorre como forma de amenizar possíveis conflitos que pudessem surgir, mas sem um consenso democrático e popular, isto é,

centralizada. Reconhecer a importância e incorporar o conhecimento empírico local ao conhecimento científico é imprescindível para propor alternativas de desenvolvimento de atividades em áreas naturais. Tal é a importância que é reconhecida por vários autores que estudam o turismo, como Mario Beni (1998), Krippendorf (2004), Doris Ruschmann (1999), Reinaldo Dias (2003) e Teresa Mendonça (2004).

O ecoturismo de base comunitária dá-se como uma forma de se gerar benefícios às populações locais, porém, muitas das vezes não é aplicado e desenvolvido de maneira que possa aumentar o apoio local para os objetivos da conservação (DRUMM *et al.*, 2011). Sem envolvimento e controle das comunidades locais no desenvolvimento do turismo, seus benefícios são poucos, raramente se sustentam no longo prazo, enquanto seus efeitos negativos geralmente afetam a população local (MOWFORTH e MUNT, 1998).

Para aumentar a viabilidade e a longevidade dos projetos de turismo, seu planejamento deve estar associado ao desenvolvimento socioeconômico local (OKAZAKI, 2008). O envolvimento da população local é visto, portanto, tanto como uma estratégia para a sustentabilidade da atividade, como um direito das pessoas do lugar, os mais afetados pelos resultados, positivos ou negativos do turismo.

Pimbert e Pretty (2000) verificaram que quando os comunitários locais e seus conhecimentos passam a ser reconhecidos e valorizados, há maior participação para o desenvolvimento de alternativas que venham contribuir com a melhoria da qualidade de vida e dos problemas enfrentados, que os próprios chamam de participação interativa no qual:

“As pessoas participam em análises conjuntas que conduzem a planos de ação e a formação de novos grupos locais ou no fortalecimento dos já existentes. Tende a envolver uma metodologia multidisciplinar que busca múltiplas perspectivas e faz uso de um sistemático e estruturado processo de aprendizado. Esses grupos assumem o controle acerca das decisões locais e, então, as pessoas adquirem o interesse em manter as estruturas e práticas”.

A participação local nos processos de tomadas de decisões, planejamento e monitoramento sem dúvidas é essencial no desenvolvimento de projetos de base local, assim é preciso reconhecer que a Gestão Participativa é uma categoria inovadora de gerência, com história relativamente recente na nossa cultura e referências teóricas em construção.

O reconhecimento da necessidade de protagonismo das populações locais no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária passou a ser basilar ao constatar que, sem ela, o turismo tem a tendência de produzir efeitos socioambientais negativos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Modelos de Gestão Participativa de Ecoturismo de Base Comunitária

4.1.1 Norte – Turismo de Base Comunitária Pousada Uacari (AM)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM) está localizada no Estado do Amazonas, na confluência dos rios Japurá, Solimões e Auati-Paraná. Protege uma área de 1.124.000 ha de florestas de várzea, faz parte do Corredor Central da Amazônia, da Reserva da Biosfera, é dos Sítios definidos pela Convenção de Ramsar das Nações Unidas e é também um Sítio Natural do Patrimônio Mundial (UNESCO). Uma das características de uma RDS é a permanência das populações humanas residentes na área, e seu envolvimento e participação nas decisões sobre o manejo e gestão dos seus recursos naturais.

A Pousada Uacari é um meio de hospedagem flutuante com capacidade para 25 (vinte cinco) hóspedes está inserida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Figura 8), localizada na região do Médio Solimões, gerida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) e pertence ao município de Tefé no Estado do Amazonas.

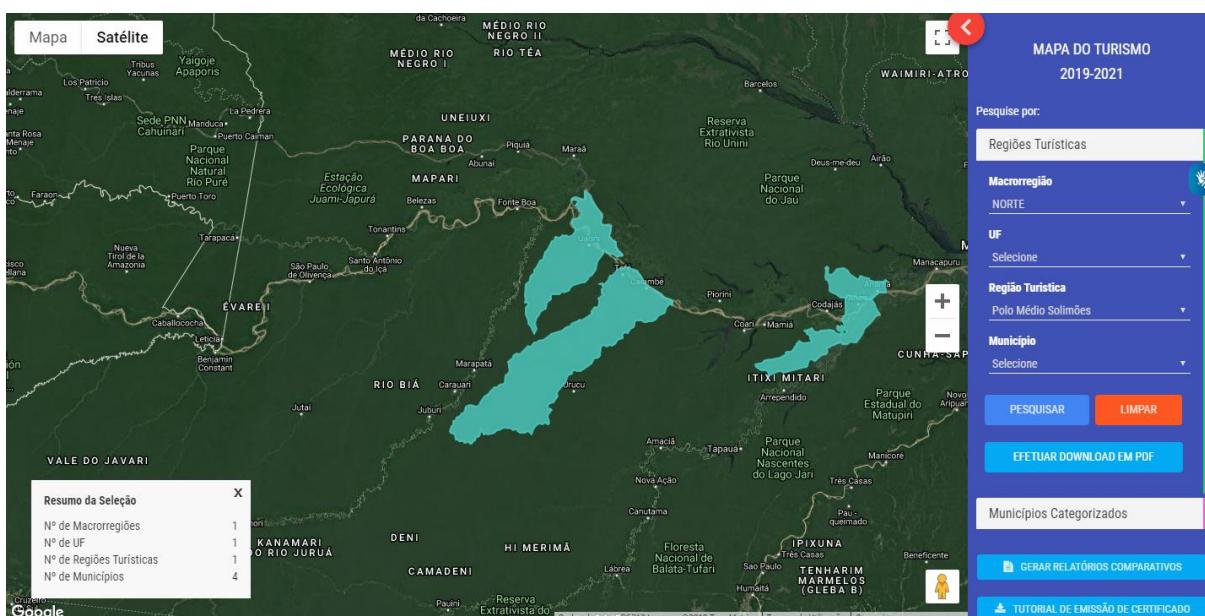


Figura 8. RDSM Pousada Uacari (Polo Médio Solimões - AM) na Região Norte.

A pousada se situa em uma área de 3.500 hectares denominada Zona de Manejo Especial de Ecoturismo, inserida no setor Mamirauá. Esta categoria de zoneamento da RDS Mamirauá é destinada à proteção total da biodiversidade, sendo um tipo de zoneamento cuja função é a exploração de uma alternativa econômica ao qual objetiva diminuir parte da pressão sobre os recursos naturais que são usualmente explorados.

Até a construção da pousada, não foi um processo simples. Em 1996 começaram as reuniões e discussões nas comunidades, objetivando esclarecer o significado e as práticas de ecoturismo, assim como seus potenciais impactos positivos e negativos.

Um dos motivos para o desenvolvimento do ecoturismo em Mamirauá foi com o zoneamento da RDS, áreas antes utilizadas pelas comunidades, passaram a ser de proteção permanente. Desse modo, o ecoturismo veio como uma fonte de renda alternativa. Além disso, o falecido pesquisador primatólogo Márcio Ayres, um dos principais atores na criação da RDS na década de 80, via no ecoturismo uma forma de divulgar Mamirauá para o mundo.

Em 1998, a construção da Pousada Uacari teve seu início. A decisão dos técnicos da Sociedade Civil Mamirauá (SCM) e das comunidades, foi um investimento para uma infraestrutura básica para que o produto fosse testado inicialmente com visita de pesquisadores que precisavam atuar em campo na RDS e crendo na demanda espontânea que também poderia vir a visitá-la. Esse primeiro momento foi muito importante para desmistificar um pouco sobre a atividade, experimentar o mercado e fornecer subsídios para um estudo mais detalhado. Além disso, com a geração de vários benefícios econômicos para aqueles que estavam envolvidos e trabalhando nas atividades de ecoturismo, outras comunidades passaram a demonstrar interesse em também se envolverem nas atividades.

Ainda em 1998, foi realizado um estudo de viabilidade econômica que identificou o público-alvo, o segmento de mercado do produto e a própria viabilidade da Pousada Uacari. Com a obtenção de resultados favoráveis em mãos, vários projetos de financiamento foram submetidos, até que, após a visita de um dos principais acionistas da *Department For International Development* (DFID), este se apaixonou pelas comunidades e pela ideia inovadora da estrutura flutuante da pousada e mobilizou outros acionistas da DFID a darem apoio não somente à Pousada Uacari, mas ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM, 2010), que é um dos responsáveis pelas atividades da pousada, como o encontro entre turistas e pesquisadores do instituto para palestras e exposições dos resultados de suas respectivas pesquisas, além da oportunidade de trocas de experiências.

Finalmente, em 2001 a estrutura da Pousada Uacari ficou pronta, a qual é mantida até hoje. A estrutura foi pensada de forma a minimizar os impactos negativos, sem deixar de ser confortável. A matriz energética da pousada é solar, utilizando-se um gerador em *stand-by* como medida preventiva, a água da chuva é aproveitada mediante o sistema de tratamento de efluentes e utilizada para lavar os cômodos da pousada, para cozinhar e para os chuveiros, descargas e pias.

De acordo com o Instituto Mamirauá (2010) “as atividades de ecoturismo na RDS Mamirauá têm como objetivos a conservação dos recursos naturais atuando como uma nova fonte de renda para as populações locais”. A repartição dos lucros ocorre mensalmente, de acordo como Instituto Mamirauá “as prestações de contas que ocorrem por meio de assembleias em até 10 (dez) dias úteis após o mês anterior” (IDSME, 2010, p. 177), nas relações comerciais entre a Pousada Uacari com os pescadores que são os únicos autorizados a pescar e vender o excedente de peixes e essa ação se estende à todas famílias produtoras de verduras, legumes, ovos, frutas e artesanatos (IDSME, 2010).

4.1.2 Nordeste – Prainha do Canto Verde (CE)

A comunidade caiçara da Prainha do Canto Verde (Figura 9), localizada no município de Beberibe, Costa Leste do Estado do Ceará, a 120 km da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, com pouco mais de 1.100 habitantes, vivia, até recentemente, em casas muito simples que agora estão mais estruturadas (Steinberger, 2009). A vila tornou-se um modelo de desenvolvimento do turismo sustentável comunitário, após a união dos moradores para enfrentar o declínio da pesca da lagosta e a luta pela proteção da posse de seus territórios ameaçados pela especulação imobiliária, desde a década de 1970, fazendo emergir uma das primeiras formas organizadas de resistência ao turismo convencional (Mendes & Coriolano, 2003). Os pescadores acreditavam que poderiam perder o direito de usar seu território ocupado por seus familiares desde 1860 (Mendes & Coriolano, 2003).



Figura 8. Prainha do Canto Verde (Litoral Leste - CE) na região Nordeste.

Em 1989, os pescadores fundaram a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde. Em 1991, teve início um projeto de desenvolvimento comunitário para fortalecer os objetivos da comunidade e criar infraestruturas comuns. Desde 1992, o suíço René Schärer, que se aposentou da aviação civil, passou a residir na Prainha do Canto Verde e foi um reforço para os interesses da comunidade, usando a sua experiência profissional em turismo, contribuiu para a realização dos primeiros projetos de turismo comunitário.

Em 1993, quatro pescadores da comunidade navegaram cerca de 1500 milhas náuticas até o Rio de Janeiro para protestar contra a falta de políticas públicas na manutenção das tradições locais das comunidades costeiras do Ceará, escassez da pesca da lagosta e da especulação imobiliária. Este evento foi chamado de “SOS SOBREVIVÊNCIA”, referindo-se a outra viagem liderada pelo pescador Jacaré, que em 1941 navegou também de Fortaleza para o Rio de Janeiro.

Em 1998, foi realizado na comunidade o I Seminário de Ecoturismo Comunitário, que teve como objetivo desenvolver o turismo local socialmente responsável, organizado pela comunidade. Nesse evento a comunidade chegou à conclusão de que a pesca deveria continuar como a principal atividade e o turismo como atividade complementar, preservando assim, o estilo de vida rústico. As atividades turísticas deveriam ser conduzidas pelos moradores e a renda distribuída entre os seus membros. Foi criado um fundo para financiar cursos de capacitação para os moradores que não estão envolvidos diretamente com o turismo (Bursztyn, 2003).

Esse projeto de ecoturismo comunitário da Prainha do Canto Verde teve repercussão internacional e foi vencedor, em 1999, do prêmio “*TO DO!*” concedido pela ONG alemã *Studienkries für Tourism und Entwicklung*, para projetos de turismo socialmente responsável. Figura no Guia *The Community Tourism Guide* de 2000, foi motivo de diversas matérias jornalísticas e recebeu o Prêmio *TOURA D’OR 2000*, pelo melhor documentário sobre Turismo Sustentável (Mendonça, 2004). Essa comunidade também serviu de fonte de pesquisa para dissertações e teses de especialistas brasileiros e estrangeiros, em diversas áreas do conhecimento.

Em 2009, a comunidade mudou sua organização territorial, tornando-se reserva extrativista - RESEX, chamada Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, por Decreto do Presidente da República do Brasil (Ministério do Meio Ambiente, 2009). A transformação da comunidade em reserva extrativista, colocou um ponto final no conflito de manutenção possessória de seu território, que já durava mais de 30 anos. A criação da reserva foi uma

vitória para os pescadores em garantir a sobrevivência, manutenção da cultura, preservação do meio ambiente e do uso sustentável dos recursos naturais.

As novas regras com a criação da reserva extrativista, não permitia que fossem efetuadas novas construções, reformas e venda de casas. Estas restrições provocaram um cisma na comunidade, que levou à fundação de uma nova associação, a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde, composta por membros dissidentes da outra associação.

Em 2011, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil, responsável pela criação da reserva, levando em consideração as reclamações da comunidade, determinou a criação de um Grupo de Trabalho, com a finalidade de revisar e corrigir as fronteiras geográficas e apaziguar os conflitos gerados (Ministério do Meio Ambiente, 2011).

A infraestrutura de hospedagem da Prainha do Canto Verde é pequena, tem apenas sete pousadas, algumas casas são ofertadas via plataformas *on-line*, como o *Airbnb*, e também se têm algumas casas com quartos para alugar. De acordo com informações fornecidas por alguns dos estabelecimentos turísticos do local, a comunidade recebe cerca de mil visitantes por ano, o turista gasta em média R\$ 140,00 por turista/dia, com permanência média de dois a quatro dias.

É uma demanda alta para uma comunidade pequena e frágil que conta apenas 200 famílias onde destas, 113 famílias estão envolvidas com alguma etapa da cadeia de atividades consequentes do ecoturismo de base comunitária, como as lideranças comunitárias, nas realizações das assembleias deliberativas, na produção e venda de artesanatos, na venda dos produtos de agricultura familiar, nos peixes que abastecem as pousadas, guiando turistas, elaborando e aprimorando os roteiros turísticos, trabalhando com bens e serviços nas pousadas, dentre outros. O aumento do fluxo de turistas nos últimos anos deve-se, em sua maior parte, à divulgação dos websites das associações de turismo da comunidade.

4.1.3 Centro-Oeste – Comunidade Quilombola Kalunga (GO)

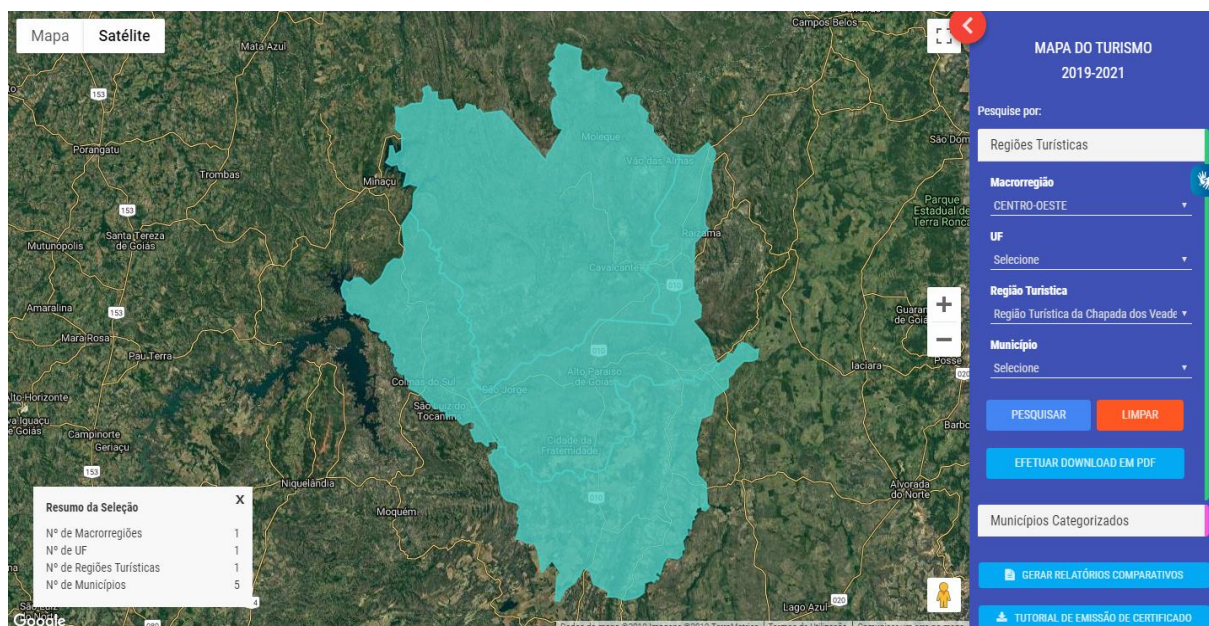


Figura 10. Povoado Quilombola Kalunga (Região Turística da Chapada dos Veadeiros - GO) na região Centro-Oeste.

O Povoado Quilombola Kalunga (Figura 10) é uma comunidade formada por descendentes de escravos que fugiram das senzalas e se organizaram em quilombos, há muito tempo atrás, num dos lugares mais ricos e abundantes em recursos ecossistêmicos, como águas cristalinas e potáveis, diversidade botânica e de frutos, solos férteis e uma rica biodiversidade de animais. Esse lugar atualmente corresponde ao município de Cavalcante, nas regiões do Engenho II, Prata, Vão do Moleque e Vão das Almas, as quais estão inseridas na região da Chapada dos Veadeiros, ao norte de Goiás.

Apesar dos Kalungas estarem no território desde meados de 1700 (STEINBERGER, M, 2009), toda a área por eles ocupada só foi reconhecida oficialmente em 1991 pelo governo do Estado de Goiás como Sítio Histórico que abriga o Patrimônio Cultural Kalunga, parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

Esse processo histórico se deu em todo o Estado de Goiás. A presença do escravo negro surge em decorrência da mineração por volta de 1725, onde o trabalho árduo, os maus tratos e a violência a que eram submetidos gerava revoltas e resistências em forma de “guerrilhas, nas insurreições urbanas, nas constantes fugas para locais de difícil acesso, onde organizavam os mocambos ou quilombos.” (STEINBERGER, 2009, p. 67).

Com mais de 20 comunidades nativas que preservam uma cultura remanescente dos

quilombolas, o Sítio Histórico do Patrimônio Cultural Kalunga é uma das maiores riquezas culturais do município de Cavalcante. De acordo com Ruschman (1996) os Kalungas, estão em área privilegiada com grande número de cachoeiras, nascentes, e ocupam a maior área de cerrado preservado e com a maior biodiversidade do mundo, e é o maior quilombo do Brasil, com 253.000 ha, que envolve, além de Cavalcante, áreas de outros municípios e distritos, os quais são: Teresina, Minaçu, Vila Borba, Colinas do Sul e Monte Alegre de Goiás.

No ano de 2011, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante, 2011 - 2014, produzido por uma equipe técnica multidisciplinar formada por representantes do trade turístico, Câmara Municipal, Secretaria de Turismo, empreendedores individuais, guias e artesãos, assessorados por uma equipe de consultores do SEBRAE/GO. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, 2011 – 2014).

No âmbito do planejamento turístico da Chapada dos Veadeiros, a primeira iniciativa de elaboração de um planejamento turístico municipal surgiu por meio do “Plano Estadual do Turismo - Goiás no caminho da inclusão”, que foi elaborado somente em 2008, pelas: Goiás Turismo, Agência Estadual de Turismo, vinculada ao Governo do Estado de Goiás, tendo como base as diretrizes do Ministério do Turismo e propondo programas, projetos e ações nas seguintes dimensões: Arranjo Institucional, Informação (Inteligência Competitiva), Infraestrutura e Equipamentos, Qualificação do Produto e Projetos Especiais. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, 2011 – 2014).

A partir do momento em que o Turismo é aceito pela comunidade, o planejamento participativo, como citado anteriormente, é um dos itens mais importantes, pois, “a simples aceitação da comunidade, sem envolvimento, pode gerar um cenário de turismo de massa que, por vezes, não traz benefícios econômicos e sociais e ainda pode causar sérios impactos negativos no meio ambiente. E tratando-se de América Latina, o planejamento participativo pode corrigir desequilíbrios usualmente gerados em núcleos turísticos”. (MOLINA, 2005, p. 88).

Apesar da sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) estar localizada no Município de Alto Paraíso, 60% da área do parque está localizada no Município de Cavalcante (IBGE, 2017). Com a ampliação da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, sancionada no dia 05 de junho de 2017, a área passa de 65 mil hectares para 240 mil hectares. Nessa nova configuração, apesar de representar um percentual menor de

abrangência da área do parque, o município de Cavalcante terá mais terras protegidas pela unidade de conservação.

O PNCV ocupará também uma região pertencente ao Município de Teresina de Goiás, que tem sua sede às margens da rodovia GO 118. Essa rodovia se conecta à GO 241 para ligar Cavalcante a Alto Paraíso. Com a ampliação, o PNCV tende a exercer maior influência no Município de Cavalcante, uma vez que o seu plano de manejo prevê um novo portal na face norte do parque, que abrange uma área próxima a um atrativo turístico conhecido como “Ponte de Pedra”. Outras iniciativas previstas no plano de manejo do PNCV visam à melhoria das condições de visitação e à diversificação nas opções de atividades. Desta forma, as decisões do ICMBIO exercem influência direta em Cavalcante.

Uma dessas decisões é o processo de concessão de serviços no PNCV, que tem como objetivo a cobrança de ingressos, a implementação de transporte interno, a preparação e o acompanhamento de áreas de acampamento, e a implementação de uma loja de conveniências. Esses serviços têm, inicialmente, seu foco na sede do parque, mas essa estruturação afeta direta ou indiretamente o Município de Cavalcante, pois o fluxo turístico para a região da Chapada dos Veadeiros tende a aumentar.

Tanto a proteção restritiva que é executada em áreas de proteção integral, tais como os Parques Nacionais, quanto à existência do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, limitam as possibilidades de uso do solo de Cavalcante. Sendo assim, o turismo tem se apresentado como uma alternativa bem adaptada à região, pois, a proximidade com a capital federal (Brasília-DF) proporciona fluxo de turistas para a região. Esse fluxo tem crescido notoriamente após a melhoria na rodovia de acesso, ocasionada pelas obras relativas à Copa do Mundo de Futebol, realizada no ano de 2014 e tem seus efeitos multiplicadores latentes até os dias atuais no cenário nacional e internacional do ecoturismo de base comunitária e do turismo de aventura.

A 20 km de Paraty, no km 584 da BR-101 entre os povoados de Pedras Azuis e Patrimônio, o Quilombo Campinho da Independência (Figura 11), conta com um povo cativante e que carregam um patrimônio histórico e cultural ricos. Além de exuberantes cachoeiras, trilhas, mirantes. O processo de formação desse quilombo deu-se devido à decadência do sistema escravista, assim como da cultura da cana de açúcar na região sul fluminense.

4.1.4 Sudeste – Quilombo do Campinho da Independência (RJ)

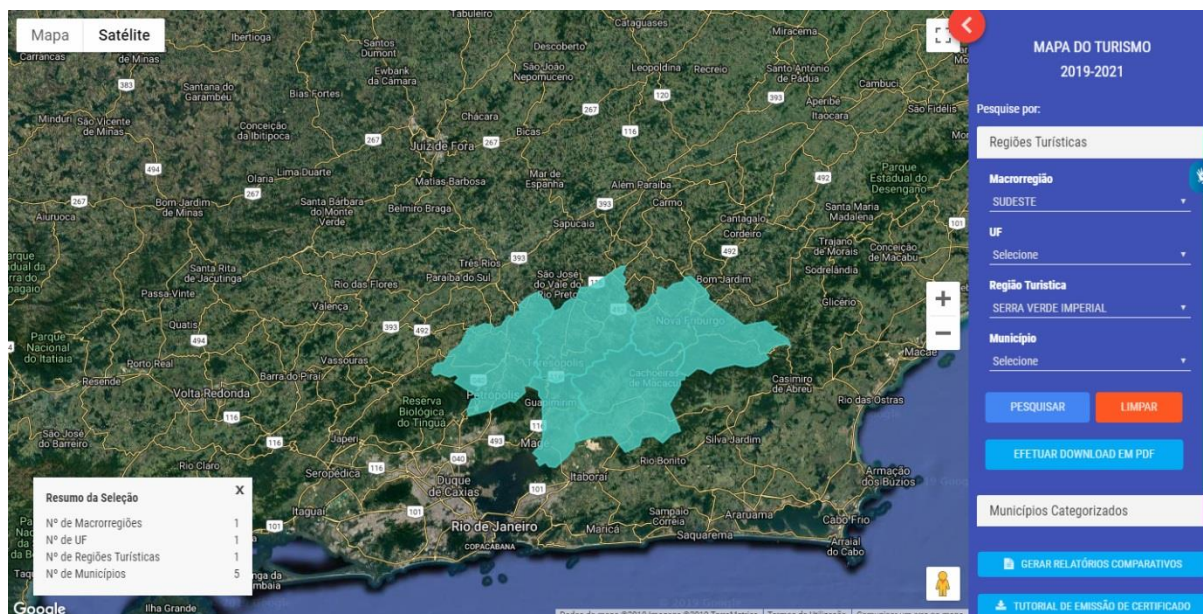


Figura 11. Quilombo do Campinho da Independência (Serra Verde Imperial - RJ) na região Sudeste.

A origem do quilombo é muito particular. Todos os moradores são descendentes de três escravas: Antonica, Marcelina e Luiza. Segundo as histórias contadas pelos mais velhos, as três não eram escravas comuns, pois possuíam cultura, posses e habitavam a casa-grande. Conta-se também que existiam muitas fazendas no local, inclusive a maior delas: a Fazenda Independência. Após a abolição da escravatura, os fazendeiros abandonaram suas propriedades e foram depois divididas entre aqueles que ali trabalharam.

Até a década de 70, a comunidade era praticamente autossuficiente, indo à Paraty apenas para vender excedentes, como banana e farinha. A alimentação era variada, com as mulheres sempre envolvidas em todas as etapas de produção. “Elas sempre diziam que a terra era para usos e frutos nossos”, conta a coordenadora de turismo, Daniele Elias Santos em entrevista para o blog do Quilombo do Campinho.

A Associação dos Moradores do Campinho da Independência (AMOC) é uma organização de entidade jurídica. Esta foi fundada por líderes locais em 1994, com objetivo de tratar a questão da terra, a questão agrária e em relação às visitas guiadas na comunidade que começaram nesse período. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra, associado ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraty, a titulação acontece em 1999, no dia 21 de março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Fundação Cultural Palmares entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de

Quilombo do Campinho da Independência. Esta se torna a primeira comunidade quilombola do Estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas, baseada no artigo 68 da Constituição Federal.

Apesar de o início das atividades de ecoturismo de base comunitária terem começado a ser planejadas e desenvolvidas em 2000, apenas em 2008 a comunidade vem conquistando avanços na qualidade de vida, a exemplo de saneamento básico, acesso ao Programa de Saúde da Família e à educação, com a Escola Municipal Campinho.

Vagner do Nascimento, presidente da Associação, relata as principais conquistas na história recente dos quilombolas do Campinho:

“No início do restaurante foi difícil. Pouca gente conhecia o lugar, não havia atrativos e o fato de estar distante, fora do circuito da gastronomia de Paraty não ajudava muito. Mas a vontade era grande e no dia a dia fomos ganhando adeptos, parceiros. Hoje estamos praticando a culinária sustentável, usando ao máximo os produtos da terra em pratos elaborados e feitos pela comunidade. Afinal, a experiência que temos na cozinha vem dos nossos ancestrais”, (Nascimento, 2017).

A AMOC começou a perceber o potencial turístico que a comunidade tinha, devido a sua localização privilegiada. Paraty ficou muito tempo isolada, o que permitiu sua preservação arquitetônica e ambiental. Após a abertura da BR 101, em meados da década de 70, a cidade passou a receber mais visitantes atraídos pelo centro histórico e pelos atuais eventos que ocorrem periodicamente. Portanto esse fluxo de turismo em Paraty proporcionou o surgimento de alguns turistas que ao visitar a cidade, tinham conhecimento de que havia um quilombo ali perto.

O desenvolvimento do turismo na comunidade só se tornou possível através de parcerias com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), junto a Petrobrás, além de outros parceiros envolvidos como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Fundação Universitária de Brasília (FUBRA). Foi desenvolvido o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Quilombo do Campinho da Independência que começou a ser executado em 2005 pela Associação de Moradores do Campinho (AMOC). Este projeto objetivava gerar renda por meio do turismo étnico, o que poderia impulsionar outras atividades como o artesanato, agricultura familiar, valorização cultural, defesa do meio ambiente e gestão social. Essa foi uma iniciativa do Governo Federal de apoiar ações comunitárias em nove comunidades quilombolas com recursos da Petrobrás além do Campinho da Independência.

O ecoturismo de base comunitária vem funcionando como ferramenta de reconstrução cultural e afirmação de identidade, pois vem, também, favorecendo a visibilidade de comunidades quilombolas, a valorização cultural de comunidades que eram antes discriminadas, trazendo a tona sua história e memória, e como forma de trazer desenvolvimento econômico e melhorias na região, como o tratamento de esgoto, construção de escolas e diminuição da evasão da população de seus lugares de origem.

A baía de Guaratuba é um estuário encaixado na planície costeira do litoral do Paraná, a comunidade Canoa Caiçara (Figura 12) está localizada nesta baía que, por sua vez, pertence ao município de Guaratuba que está apenas 77 km de distância da capital Curitiba.

4.1.5 Sul – Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba

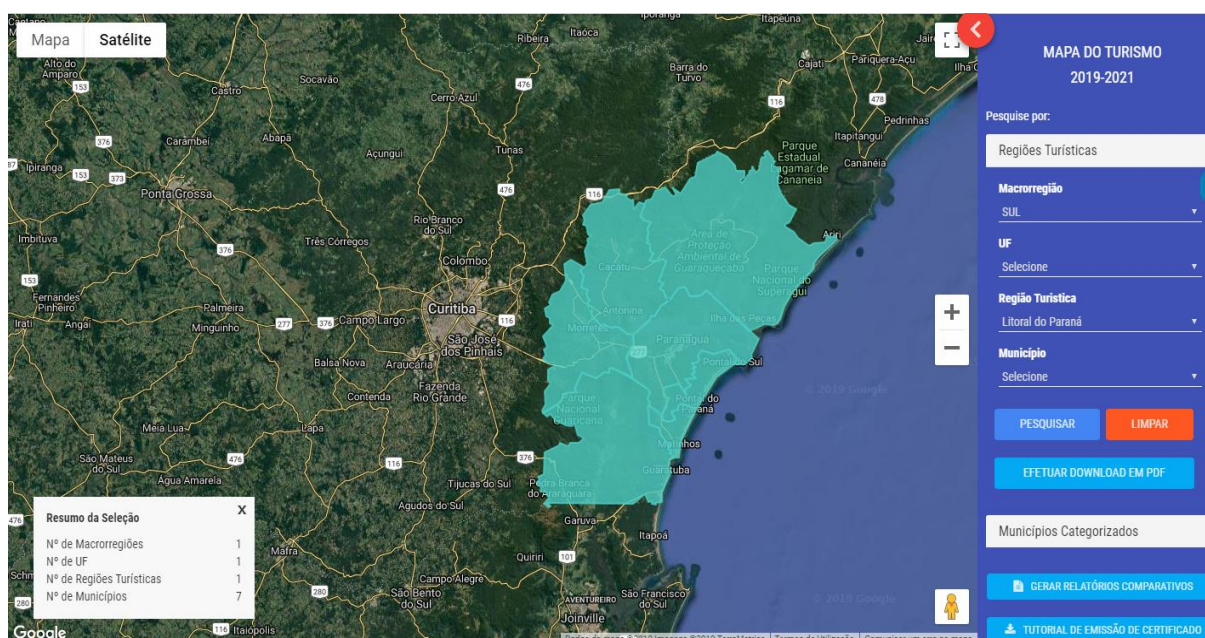


Figura 12. Canoa Caiçara na Baía de Guaratuba (Litoral - PR) na região Sul.

As atividades produtivas regionais não geram renda familiar suficiente para as necessidades e desejos da maioria da população residente, e as receitas públicas são insuficientes para cobrir as demandas da população flutuante, mesmo com a participação decisiva do ICMS Ecológico na constituição das receitas municipais de todos os municípios da APA de Guaratuba (SEMA, 2002). Por outro lado, as atividades portuárias e as ligadas ao turismo, que incluem comércio e construção civil, atraem novos moradores que aumentam a população residente enquanto resistem nos seus locais de origem.

O potencial para o ecoturismo de base comunitária é enorme na APA de Guaratuba, tendo em vista a variedade de atrativos histórico-culturais das comunidades caiçaras e por suas belezas naturais que são bem conservadas e monitoradas na APA de Guaratuba gerida pelo governo estadual do Paraná.

A rica variedade de manifestações culturais tradicionais como antigo método da canoa caiçara, ou, como é popularmente conhecida, canoa de um pau só. Também pelo artesanato feito de cipó e de taquara, o preparo artesanal da farinha de mandioca, o patrimônio gastronômico, as músicas e as danças folclóricas. Agrega-se a este potencial a facilidade de acesso à APA, proporcionada pela BR 376, pela BR 277, a rodovia Alexandra Matinhos e mesmo pela estradas não pavimentadas, mas de excelente qualidade, como a estrada Marta-Limeira. Podendo-se chegar com qualquer carro ou motocicletas populares.

A valorização cultural e a conservação dos ambientes protegidos por meio do fomento a atividades de baixo impacto ambiental são os alicerces dos projetos de ecoturismo de base comunitária. As iniciativas realizadas envolvem diretamente 15 comunidades tradicionais que estão vinculadas à rede caiçara de turismo comunitário (RCTC), e, indiretamente, cerca de 500 pessoas entre moradores, anfitriões, visitantes, professores e estudantes.

De acordo com Beatriz Cabral (2017), professora de gestão de turismo no setor litoral, diz que “o litoral paranaense é um *hotspot* da biodiversidade, ou seja, área com grande biodiversidade, rica principalmente em espécies exclusivas da região, e que apresentam alto grau de ameaça. Além disso, é parte do maior contínuo de Mata Atlântica existente e possui ampla quantidade e diversidade de comunidades tradicionais. Essas características tornam a região propícia para múltiplas formas de turismo”. (2019).

Por meio desses projetos, é possível fomentar o ecoturismo de base comunitária como tecnologia social capaz de assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis para o mercado e para os destinos turísticos do litoral paranaense, além de servir como fonte de renda alternativa para àqueles que tiverem interesse em trabalhar com alguma das atividades do segmento.

A RCTC é a responsável por envolver as comunidades nos processos de tomada de decisão convocando-se uma assembleia com todos os líderes comunitários das 15 comunidades envolvidas quando se avalia necessário por alguma das lideranças ou pela própria RCTC.

Beatriz Cabral conta que as famílias que gerem a iniciativa são de pescadores e agricultores e oferecem as experiências que são comuns aos caiçaras como os passeios na

canoa de um pau só, demonstração teórica sobre os métodos para construção da canoa de um pau só. Caminhadas por trilhas para visitas às cachoeiras e mirantes, refeições com receitas tradicionais, ensinamentos sobre o processo de produção da farinha caiçara e avistamento da vida selvagem dentro da APA de Guaratuba. Ainda de acordo com a docente “O objetivo para nós é valorizar a beleza do litoral paranaense, mostrar o que temos de melhor e trocar experiências. É uma forma de gerar renda para as pessoas não precisarem sair daqui, ao mesmo tempo em que conservamos a região” (2019).

4.2 Efetividade dos Modelos de Ecoturismo de Base Comunitária

As experiências dos cinco modelos selecionados para esse estudo comprovam que há um potencial comprovado e, é assertivo, quando “os destinos propícios ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo de base comunitária respeitam e valorizam e incluem às comunidades locais, não apenas nas atividades de bens e serviços, mas de qualificá-los e capacitá-los para terem autonomia, acesso aos benefícios e liberdade de gerenciá-los independente do que a pressão mercadológica poderá impor” (DIAS, 2002, p. 49).

Um dos modelos de ecoturismo de base comunitária é o da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que teve seu projeto iniciado em 1996, portanto, sendo o mais antigo dos modelos analisados nesse estudo. Além de ser considerada referência até o presente momento. Neste sentido, observa-se o processo foi longo em que o tipo de gestão adotada foi o “deliberativo” que é composto pelos comunitários, pela associação dos guias locais e pelos pesquisadores do IDSMM, mediante a organização de assembleias realizadas mensalmente (ou de forma extraordinária, caso necessário), onde materializam e põe em prática na realidade cotidiana dos moradores locais o emponderamento e autonomia na tomada de decisões que irá influenciar, primeiramente, a eles mesmos.

Ao mesmo tempo em que o ecoturismo de base comunitária imprime uma nova forma de se planejar e desenvolver as atividades turísticas, as redes do turismo buscam, também, como estratégia, criar redes que procuram conectar as várias iniciativas que vem surgindo no mundo. As redes de turismo comunitário são redes sociais que, mais do que estratégias de inserção das comunidades no mercado turístico, são estratégias de resistência ao modelo de turismo convencional/hegemônico (Barbosa, 2011). Para Scherer-Warren (2006, p. 42) “as redes como estratégia de comunicação e de empoderamento da sociedade civil são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas”.

A Pousada Uacari faz parte da rede brasileira de turismo solidário e comunitário (Turisol). A Turissol, consolidada em 2007, é composta por organizações e comunidades no Brasil que desenvolvem projetos de turismo comunitário e que se uniram com a missão de fortalecer esse modelo de turismo no país. É composta por 23 iniciativas e está presente em outros Estados brasileiros, além do amazonense. Possui como principais linhas de atuação a “comercialização, comunicação, impactos em políticas públicas, capacitação e intercâmbios, universidade e turismo comunitário, juventude e turismo comunitário” (ZANOTTI e BARROSO, 2010).

A valorização da identidade local, com suas práticas e conhecimentos empíricos, associados e aliados ao conhecimento técnico científico, também se demonstram características imprescindíveis. De acordo com Lima (2012)

“associados a conhecimentos adquiridos à luz da experiência em anos de trabalho e de vida, e sendo parte da cultura do indivíduo e de um grupo social, os saberes populares podem trazer grandes contribuições se forem estabelecidos diálogos com os conhecimentos científicos.”.

Dentre as entidades de pesquisa atuantes na RDS Mamirauá estão o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), responsável por selecionar pesquisadores para terem um encontro com os turistas que estão na pousada para palestras e divulgação de seus resultados de suas respectivas pesquisas, o Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), a Universidade Federal do Amazonas (UFMA) e a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A atuação de várias entidades de pesquisa em Mamirauá auxilia na criação de políticas e métodos de manejo, incluindo-se os estudos de capacidade de carga, impacto ambiental e de biocapacidade que auxiliam na demarcação da Zona de Ecoturismo dentro da RDSM, como fruto dessa união também se tem o projeto de manejo do Pirarucu (*Arapaima-gigas*). Esta espécie estava à beira da extinção antes da demarcação da RDSM, e atualmente teve crescimento de mais de 425% (IDSM, 2010) e saiu do risco de extinção. Além do manejo de espécies árvores e outras espécies de peixes quando estão em seus respectivos períodos de reprodução.

A distribuição dos benefícios oriundos das atividades de ecoturismo de base comunitária contempla todas as doze comunidades ribeirinhas que fazem parte dos roteiros turísticos e todos os outros comunitários que também estão envolvidos em alguma das atividades ou serviços prestados na pousada. Um ponto importante deste projeto está na

repartição dos lucros e benefícios com o desenvolvimento da atividade de ecoturismo e de todas as outras intervenções e atuações técnico científicas existentes na RDSM. Para a repartição dos benefícios são realizadas assembleias deliberativas que ocorrem até 10 dias úteis ao mês, os líderes de cada comunidade organizam as pautas, os tempos de fala, os encaminhamentos e, finalmente, as deliberações sobre o que deverá ser feito com os lucros e benefícios.

O elo entre o conhecimento empírico e o conhecimento técnico científico auxilia na elaboração das regras de manejo, buscando equilibrar e entender as necessidades dos comunitários, assim como os comunitários compreenderem a importância da conservação dos recursos ecossistêmicos, isto foi um aspecto importante no projeto.

Um dos principais objetivos ecoturismo de base comunitária é a promoção de programas socioeducativos atuantes, como, a capacitação comunitária e educação ambiental como ocorre na RDS Mamirauá mediante treinamentos e experiência prática em programas socioeducativos que ocorre de acordo com a demanda de comunitários, que não cresce tanto em função de serem pequenas populações.

Ceballos-Lascurain (1995, p. 28) vê o treinamento como componente vital para o sucesso de um empreendimento ecoturístico e adiciona a importância dos programas de treinamento possuírem uma natureza prática. Além disso, o treinamento deve levar em conta a realidade local, isto é, deve ser planejado e aplicado com linguagem e metodologia adequadas. Na RDSM, os moradores locais são treinados e capacitados para trabalharem e elaborarem as atividades de ecoturismo de base comunitária, além de conteúdos educativos, como cartilhas sobre educação ambiental e manejo.

A existência de programas sociais a nível governamental são importantes, principalmente em amenizar os impactos e favorecer as políticas públicas de conservação que por meio do manejo, em certas épocas, proíbe a caça, pesca e o uso da madeira de determinadas espécies da fauna e flora que compõem o ambiente de várzea amazônica da RDSM. Dentre esses programas está o Seguro Defeso que, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) “o Seguro Defeso (Decreto nº 8.424, de 31 de março de 2015) é um benefício pago ao pescador artesanal, que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie” (MDS, 2015).

Outro programa importante é o Programa Bolsa Floresta, iniciado em 2007, pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) que é uma iniciativa pioneira que objetiva recompensar e melhorar a qualidade de vida das populações ribeirinhas do Amazonas,

responsáveis pela manutenção dos serviços ambientais prestados pela floresta. Este programa “é implementado em 16 Unidades de Conservação (UC) estaduais de uso sustentável criadas no Estado do Amazonas”. (FAS, 2007), incluindo a RDS Mamirauá.

E por último, mas não menos importante, o Programa Bolsa Família cujo fim “é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em Lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.” (BRASIL, 2003). A contrapartida é que as famílias beneficiárias mantenham as crianças e os adolescentes entre 6 e 17 anos com frequência na escola e façam o acompanhamento de saúde das gestantes, as mulheres que estiverem amamentando e as crianças, que também devem ter a vacinação em dia.

O programa Bolsa Família visa a quebrar o ciclo geracional da pobreza a curto e em longo prazo por meio de transferências condicionadas de renda. Em Mamirauá tem demonstrado bons resultados após a construção de escolas flutuantes e do aumento do número de alunos que vem crescendo continuamente.

A partir da consolidação da Pousada Uacari como destino referência e com alta demanda de turistas que procuram pelo ecoturismo de base comunitária, verifica-se diminuição significativa no consumo de drogas lícitas e ilícitas, da incidência de prostituição, da taxa de homicídios e da taxa de mortalidade (IDSM, 2010, p. 198). Atribui-se tais diminuições a ampliação de oportunidades e melhorias na qualidade de vida dos locais a partir da alternativa de se trabalhar com ecoturismo de base comunitária.

Outro fator intrigante é a logística de acesso até Mamirauá, que encarece o produto e o torna limitado e exclusivo para alguns visitantes, mas mesmo assim é facilmente superado em razão do volume de turistas. A cidade de Tefé possui um pequeno aeroporto que recebe voos regulares apenas as terças, quintas e sábados, sendo também possível chegar por via fluvial em embarcação do tipo lento ou rápido, em que o lento leva em média 03 dias para chegar a Tefé e o rápido, 12 horas. O acesso até a pousada ocorre apenas fluvialmente. Outra característica que poderia ser uma dificuldade é a distância entre a Pousada Uacari e o principal ponto de entrada de turistas, a capital Manaus que é de 536 km. O que contraria o senso comum que defendem que destinos com logísticas de acesso difíceis e longe da capital.

O projeto de ecoturismo de base comunitária da RDS Mamirauá foi uma das selecionadas pelo Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008, que foi efetuado ao longo do ano seguinte, sendo importante para o investimento em qualificação, capacitação e formação de novas lideranças comunitárias para assumirem totalmente a gestão e

operacionalização das atividades de ecoturismo de base comunitária que, ainda conta com profissionais não-locais para realizarem a parte operacional da pousada, como reserva de quartos e prestação de contas.

A Prainha do Canto Verde, outro modelo analisado, teve o início da elaboração do projeto em 1998 e implementação em 1999 tem sido divulgada internacionalmente como um caso de sucesso em desenvolvimento turístico.

Neste modelo, também, por meio da gestão participativa desde o início do projeto, verifica-se que as atividades de ecoturismo de base comunitária estão proporcionando e deixando a maior parte dos benefícios diretos, como os lucros com maior demanda de pescado, ou, indiretos, como na ativação da economia local e modernização da infraestrutura, como saneamento básico e a criação de rodovias. Essa característica é comum nos modelos tidos como referenciais e de sucesso. De acordo com Oliveira (2010):

“A participação e envolvimento das populações locais no processo de planejamento e gestão, referentes à criação de unidades de conservação, deve ser considerado como peça-chave para a conservação e proteção do meio ambiente.”

A organização em redes apresenta-se importante para comunidades locais no planejamento do destino (Barbosa e Scherer-Warren, 2011 e 2006) para ações estratégicas, divulgação, aumento do *net-work* e como uma ferramenta de resistência para os destinos inseridos nessas redes. A Prainha do Canto Verde faz parte da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum) e graças a essa rede, há a atuação de agências e operadoras internacionais além da qualificação e capacitação de lideranças locais e cursos de guias.

Além disso, a Prainha do Canto Verde tem atuação de pesquisas técnico-científicas junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Ceará. Vale destacar que ambas as instituições oferecem cursos de graduação de bacharelado em turismo.

A distribuição dos benefícios ocorre entre todos os moradores da Prainha do Canto Verde que estão envolvidos nas atividades de turismo de base comunitária, no total são 113 famílias envolvidas (MENDONÇA, 2004). Seja priorizando os produtos locais para abastecerem aos meios de hospedagem, seja incluindo as casas de moradores para serem visitadas, ou, envolvendo no roteiro turístico os artesãos e artistas locais nas festas tradicionais que ocorrem.

Dentre os programas sociais promovidos pelo Governo Federal estão o Bolsa Família e Seguro Defeso como forma de reparar os efeitos da demarcação da RESEX Prainha do

Canto Verde, gerida pelo ICMBio e cuja as regras de preservação estão previstas no SNUC para essa categoria de UC. A prainha do canto verde recebeu valiosos incentivos governamentais, os quais foram, mediante licitação pública em 1989, permitiu a elaboração do Programa de Turismo do Litoral (PRODETURIS-CE, 1989).

Na década de 90 outra ação merece destaque: o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE, 1990) e a última foi em 2008 com a Chamada Pública feita pelo MTur para apoiar iniciativas de projetos de TBC. A prainha do canto verde foi contemplada pelo edital sendo efetivado no ano seguinte.

Observa-se também que a partir do desenvolvimento das atividades de ecoturismo de base comunitária, a partir de 1999, há uma diminuição considerável na incidência de homicídios, prostituição, do alcoolismo, de dependentes químicos e, além dessas diminuições benéficas para a qualidade de vida das comunidades locais, percebe-se o aumento de investimentos em saneamento básico e de saúde pública (IBGE, 2010).

Quanto à comunidade quilombola Kalunga (GO), o projeto de ecoturismo de base comunitária teve o início de seu planejamento e execução em 2007, possui como tipo de gestão a participação consultiva e, essa característica dificulta, em muito, os processos de autonomia e independência das comunidades locais em relação às grandes operadoras e agências.

Dentre as entidades de pesquisa técnico-científicas estão a Universidade Federal do Goiás e a Universidade de Brasília, que tiveram, e ainda possuem, papéis importantíssimos e fundamentais para a ampliação da área do PNCV em 2017, passando de 65,5 mil hectares para 240 mil hectares (ICMBio, 2017). Estas entidades foram importantes atores na articulação com todos os locais dos municípios que fazem parte da área da Chapada dos Veadeiros para impedirem a construção de 21 pequenas hidrelétricas que afetaria todos os cursos hídricos correndo risco dos mesmos ficarem desabastecidos pela água que seria desviada para essas pequenas hidrelétricas.

A comunidade quilombola Kalunga vinha sofrendo sérios problemas de saúde e segurança em função das queimadas realizadas nos períodos de seca para limpar grandes áreas de pasto para agricultores em largas escalas de grãos como a soja e o milho e para a pecuária, também em larga escala. Com o aumento da área do PNCV e redução das áreas desses fazendeiros, diversos atrativos foram abertos para visitação podendo-se apenas visita-los acompanhados por guias nascidos na comunidade Kalunga.

Portanto, esse aumento, além de diminuir as pressões causadas pelo agronegócio, expandiu o número de atrativos que não eram possíveis de ser acessados em razão de ter de se passar dentro das áreas que antes pertenciam aos dos fazendeiros.

A comunidade quilombola Kalunga não faz parte de nenhuma rede de TBC, apenas de associações locais de guias de ecoturismo e, apesar de estar às margens do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e fazer parte da APA de Pouso Alto, graças ao reconhecimento do território como quilombo remanescente, lhes é permitido usufruir dos recursos ecossistêmicos com poucas proibições. Como, a abertura de poços artesianos e roçados próximos às margens de rios e córregos (ICMBio, 2017).

Dentre os programas sociais do governo para a população Kalunga, há apenas o Bolsa Família. Em relação a divisão dos lucros e benefícios advindos das atividades de ecoturismo de base comunitária, os Kalungas estão inseridos apenas nas atividades de ecoturismo de base comunitária como guias locais e não fazendo parte nem tendo poder de deliberar novas ações, apenas encaminhá-las. Mesmo com todos os atrativos que estão no Engenho II, Prata e Vão das Almas só poderem ser visitados com guias locais, não lhes é suficiente para decidirem, por exemplo, quais atrativos devem ser proibidos para visitação durante as épocas de chuvas em função da formação de trombas d'água, na abertura e melhoria de estradas, na realização de novos cursos para capacitação de guias locais, dentre outras pautas e demandas.

Apesar da ação, essa não se apresenta suficiente para que os Kalungas se emancipem das agências e operadoras que, em sua maioria, são de Brasília ou São Paulo e possam planejar entre eles como elaborar os roteiros turísticos, receberem a divisão pelas entradas cobradas nas cachoeiras, mas, em contraponto, todos os Kalungas não pagam para acessarem as cachoeiras (mesmo os que não são guias de ecoturismo) e prioridade nos cursos de capacitação de novos guias de ecoturismo na Chapada dos Veadeiros.

Apesar da distância de 539 km entre a Chapada dos Veadeiros e a capital do Estado de Goiás, Goiânia, o número de turistas vem continuamente crescendo ao longo das últimas décadas (CAVALCANTI, K. 2002). Por estar mais próxima de Brasília, a qual possui aeroporto de embarques e desembarques internacionais e pelo fato de que em 2015, após a conclusão da construção e pavimentação de 70 km da GO-118, entre os municípios de Alto Paraíso e de Cavalcante, o trecho que levava entre 3h e 4h e pode ser feito, sem pressa e com segurança, entre 1h e 1h30min. Além dos perigos existentes, como atravessar alguns rios e córregos, que até então, não tinham pontes para serem atravessadas, também contava com

muitos buracos, remendos na pista e desfiladeiros muito perigosos ao longo da formação em chapada. Atualmente, após a chegada do asfalto é possível se fazer em uma hora e meia.

A comunidade quilombola Kalunga juntamente a UFG elaboraram, em 2006, os primeiros traços do que seria o projeto contemplado pela Chamada Pública do MTur (2008), no qual os Kalungas foram contemplados e utilizaram o recurso ao longo do ano seguinte para abertura e melhoria de estradas, construção de meios de hospedagem dentro do Engenho II, Prata e Vão das Almas, para abertura de novos editais exclusivos para os guias locais para capacitação e qualificação dos mesmos, para materiais de divulgação virtuais, como conteúdos audiovisuais nos atrativos, e reais, como a construção de placas e outros tipos de sinalizações necessárias ao longo das estradas.

A partir do ano de 2008, nota-se diminuição significativa nos índices de violência, como homicídios, abusos e de prostituição e, um aumento de investimentos em saúde e educação pública, infraestrutura e saneamento básico (Secretaria de Turismo de Alto Paraíso de Goiás, 2012).

Em relação a comunidade do Quilombo do Campinho Independente em Paraty no Rio de Janeiro, esta conta com cerca de 50 famílias que estão envolvidas nas atividades de turismo de base comunitária que, por sua vez, teve o início de seu projeto em 2000, demonstra ter mais protagonismo, participação e autonomia nas tomadas de decisões. Isso se dá em função de se ter uma gestão participativa deliberativa que se articula por meio da Associação de Moradores do Campinho (AMOC).

O Quilombo do Campinho Independente é o único que não está inserido em alguma UC, além de não compor nenhuma rede nacional, mas conta com uma demanda contínua e já não enfrenta os desafios da sazonalidade graças aos eventos culturais tradicionais que ocorrem na época onde as temperaturas são mais baixas.

A distribuição dos lucros e benefícios é compartilhada entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária, por dois meios: a AMOC é responsável por pagar os salários dos trabalhadores do ecoturismo de base comunitária, ou, por meio de assembleias que, por sua vez, não tem período definido para ocorrer periodicamente em razão de a população ser baixa e todos se conhecerem criando assim uma relação de “confiança não institucionalizada” (KASTENHOLZ, 2003).

Nos programas de qualificação e capacitação (organizado e ofertado pela AMOC) o único pré-requisito para participar é ser morador do quilombo. Esses programas oferecem cursos e oficinas para formação de artesãos, líderes comunitários e guias de ecoturismo.

Dentre as entidades de pesquisas técnico-científica estão a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e a Pontifícia Universidade Católica. Estas realizam estudo de campo todos os semestres e todas as instituições citadas ofertam o curso de Turismo. Sendo que, a UFRJ e a UNIRIO ofertados cursos de bacharel e na PUC são ofertados cursos técnicos relacionados aos bens e serviços da cadeia turística. Sendo realizadas em todos os semestres visitas de campo no quilombo do Campinho Independente, onde, estas disciplinas já foram responsáveis por compor o plano de marketing do quilombo em 2006, 2008 e 2010 (REIS, 2010). Atualmente, a própria comunidade elabora seu plano de marketing. Portanto, comprova-se que a presença e atuação do conhecimento técnico científico geram emancipação e autonomia para as comunidades locais por ele contempladas.

O único programa governamental para os habitantes do Quilombo do Campinho Independente é o Bolsa Família, todavia, os moradores contam com recursos mensais da Fundação Cultural Palmares para manutenção e continuidade dos projetos existentes, dentre eles, o de ecoturismo de base comunitária. Estes recursos ajudam a amenizar os processos de especulação imobiliária e aumento do custo de vida, principalmente em razão do quilombo do Campinho Independente estar próximo de destinos que ofertam outro tipo de segmentos turísticos. Como o de sol e praia em Angra dos Reis (RJ) ou em Ubatuba (SP) que contam com resorts e atividades e serviços muito mais caros comparados aos dos modelos selecionados para esse estudo.

Verifica-se também neste caso, a partir dos anos 2000, a diminuição significativa da taxa de mortalidade, índices de violência, prostituição e consumo de drogas e investimento em infraestrutura, saneamento básico, educação e saúde públicas (IBGE, 2010). Dentre os subsídios investidos pelo governo, o quilombo pode contar apenas com a Chamada Pública para iniciativas de TBC (2008) e que foi aplicado ao longo do ano seguinte.

Por fim, a comunidade Canoa Caiçara da Baía de Guaratuba teve o início de seu projeto em 2001 e desde sua origem o projeto é gerido pela Secretaria de Turismo do Paraná, onde os moradores locais tem apenas poder consultivo nas deliberações e nos planejamentos turísticos para a região. Parte da Baía de Guaratuba está inserida na APA Guaratuba criada em 1992. Todavia, nessa categoria de UC não há empecilhos para residir na área se, o morador comprovar devidamente que é residente da área antes da demarcação da APA.

O projeto faz parte da Rede Caiçara de Turismo Comunitário (RCTC), também conta com a atuação de pesquisas técnico-científicas elaboradas pela Universidade Federal do

Paraná, a qual oferta o curso de bacharel em turismo, e o Instituto Ambiental do Paraná. Que tem disciplinas que realizam pesquisas de campo, levantamentos sobre os dados relacionados ao turismo e dão subsídios e referências que, por sua vez, vem comprovando, com métodos científicos, os benefícios que as atividades turísticas tem levado a região.

Os recursos advindos das atividades de ecoturismo de base comunitária são aproveitados apenas pelos moradores locais ligados diretamente com tais atividades, não se tendo a realização periódica de encontros para debater-se e deliberar-se em conjunto como utilizar esses recursos. Atualmente, são cinco comunidades que fazem parte diretamente das atividades. Seja por meio da qualificação e capacitação para liderança comunitária, ou para outras profissões relacionadas a bens e serviços, ou para venda de produtos pescados ou colhidos para os meios de hospedagem próximos das comunidades.

Quanto aos programas governamentais, os moradores da Baía de Guaratuba recebem o Bolsa Família e o Seguro Defeso que, de acordo com as regras estabelecidas pelo IBAMA que, proíbe a pesca de espécies de peixes e de crustáceos nos em suas respectivas épocas de reprodução. Portanto, esses programas são essenciais para diminuição dos impactos econômicos que tais regulações têm como consequência para as comunidades caiçaras. Em relação ao projeto, este recebeu apenas subsídio por meio da Chamada Pública para projetos de iniciativas de TBC em 2008 e que foi utilizado ao longo do ano seguinte para a elaboração de materiais de divulgação, atualização de roteiros, manutenção das placas de acesso, capacitação de guias locais e para construção de campings e pousadas (Mellinger, 2013).

Verifica-se também que, a partir de 2002 os números dos índices de violência diminuíram consideravelmente, como homicídios, roubos e furtos, prostituição, número de dependentes químicos e da taxa de mortalidade. Assim como houve aumento no investimento em saúde e infraestrutura (IBGE, 2010)

Em relação aos acessos, a região conta com a BR-277, a PR-410 (Estrada da Graciosa), a BR-376 (Via Garuva/SC), a estrada de ferro Paranaguá - Curitiba e dois aeroportos regionais, em Paranaguá e Guaratuba, que tem capacidade para receber aviões particulares. Os portos de Paranaguá e de Antonina tem importância estratégica para o Estado, uma vez que se constituem referências nacionais no embarque e desembarque de cargas e grãos e podem vir a ser utilizados para embarque e desembarque de passageiros, em viagens de turismo.

Percebe-se ao longo desse estudo que, os modelos de ecoturismo de base comunitária desenvolvidos que demonstram maior efetividade no alcance de seus resultados, são os que

envolvem aos comunitários locais na gestão participativa deliberativa, como são os casos da região Norte, Nordeste e Sudeste. Nos casos das regiões Centro-Oeste e Sul, onde a participação dos locais nos processos de planejamento e tomadas de decisões são consultivos, verifica-se que não há repartição dos benefícios gerados pelas atividades turísticas com os moradores locais, apenas se tem os lucros gerados nas atividades de bens e serviços as quais os comunitários estão envolvidos.

Desta forma, é possível dizer que dentre os cinco modelos selecionados, os três que contam com a gestão participativa comprovam ser mais efetivos no alcance dos objetivos e resultados esperados, como, o protagonismo da comunidade local no planejamento e gestão das atividades de ecoturismo de base comunitária, melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, autonomia dos locais enquanto estes são capacitados e vão adquirindo experiência em relação, também, a setor mercadológico do turismo.

Dentre esses três, pode-se afirmar que o caso da RDSM é o mais eficiente, mesmo com tantos riscos e dificuldades de acesso, em razão deste ser o mais procurado, citado e seguido quando se fala em ecoturismo de base comunitária, tendo em vista que nas referências utilizadas para esse estudo, todas estas citam estudos ou a história da RDSM.

Assim, é possível afirmar que, os casos da região Centro-Oeste e Sul são essenciais a criação de representações locais que tenham poderes deliberativos nos processos de planejamento, gestão dos benefícios advindos e, no monitoramento das atividades de ecoturismo de base comunitária para, desta maneira, poder aprimorá-las de acordo com os interesses das comunidades locais de cada modelo e, assim se atingir aos ideais que, de acordo com o Ministério do Turismo, fundamentam e orientam o segmento de ecoturismo de base comunitária, que são: estruturar e qualificar produtos e serviços turísticos por meio da valorização e resgate dos saberes e fazeres tradicionais e do desenvolvimento do turismo de base comunitária (MTur, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de gestão participativa no ecoturismo de base comunitária, materializam e exercem o que a Política Nacional de Turismo tem como missão promover “um desenvolvimento que seja democrático, participativo, descentralizado e conduzido por estratégias competitivas estruturadas”.

Na comparação dos modelos, verifica-se que os projetos que não possuem gestão participativa “deliberativa” ficam reféns de decisões vindas de cima e com pouco poder de influência para mudá-las, enquanto as mesmas exercem fortes poderes de influência na vida dos moradores locais.

Os processos de gestão participativa não são meramente pré-requisitos para se tornar um modelo de sucesso, mas sim um processo que desde seu início valorize e seja composto por intervenções e ideias vindas das perspectivas locais e que congregue os interesses públicos e privados relacionados ao turismo, se estes têm como objetivo final terem efetividade em seus modelos.

Dentre os cinco modelos apresentados, o modelo da RDS Mamirauá (AM) é o que vem conseguindo se manter consolidado com demanda crescente mesmo com as dificuldades de acesso e distante da capital do Estado. Isso talvez se deva por causa da atuação de pesquisas técnico-científicas sobre a fauna e flora amazônica e que serve como atrativo.

O modelo desenvolvido na Prainha do Canto Verde (CE) também continua sendo referência em modelo de ecoturismo de base comunitária em razão da inclusão e do engajamento de seus moradores locais em todos os processos de tomadas de decisão desde o início do projeto até os dias atuais. Já, o modelo do Quilombo do Campinho Independente (RJ) demonstrou-se eficaz com característica comum aos demais valorizando o envolvimento da comunidade local, capacitando-a e qualificando-a, principalmente na formação de lideranças comunitárias, emponderando-os e ressignificando suas identidades.

Nos modelos da Comunidade Quilombola Kalunga (GO) e da Canoa Caiçara da Baía de Guaratuba (PR) os processos não foram feitos de forma participativa e inclusiva, mas de forma hierárquica e vertical (de cima pra baixo), e as operadoras de fora da região tomam as decisões, muitas vezes, sem nem mesmo consultarem aos comunitários, comprometendo o desenvolvimento do ecoturismo de base local.

A participação local apenas teórica, passiva, isto é, sem o poder de deliberar gera conflitos e favorece a exclusão social. A organização comunitária vem em contraposição ao

modelo hegemônico, representada pelas associações e as redes de TBC, para assim conseguirem atuar e deliberar, além de empoderar a população local.

Por fim, considera-se imprescindível propor ações para tentar amenizar as pressões do capital sob os destinos turísticos e seus moradores locais. Como ação para isso propõe-se:

- I. Estabelecer Políticas Públicas para que o processo de planejamento das atividades turísticas seja participativo, com envolvimento de amplos setores da comunidade local;
- II. Criar um programa governamental para priorizar iniciativas que promovam o segmento de Turismo de Base Comunitária no que diz respeito a Chamadas Públicas e Editais para investir e apoiar modelos consolidados e novas iniciativas de TBC, tendo em vista a janela de oportunidades que o Brasil tem por ofertar diversos tipos de destinos dentro do mesmo segmento e, pelos resultados obtidos pelos modelos contemplados pelo edital, que demonstraram desenvolvimento e crescimentos significativos;
- III. Garantir Gestão Participativa, onde os moradores locais tenham poder de decisão horizontalizado, fortalecendo a governança regional e incentivando as comunidades a se unir e, assim tornarem-se habitantes engajados que compreendam os possíveis benefícios e prejuízos que a atividade mal planejada de turismo pode ocasionar;
- IV. Promover a integração dos planos e do processo de planejamento do turismo de nível regional com os de âmbito municipal;

A partir da análise dos cinco modelos de ecoturismo de base comunitária selecionados para esse estudo, conclui-se que este é um dinamizador da economia e tem potencial de desenvolvimento qualitativo e crescimento quantitativo, mesmo quando distantes das grandes capitais. Além de, promover a inter-relação entre residente e turista na construção de saberes, no respeito mútuo e na valorização cultural e da natureza.

O ecoturismo de base comunitária desenvolvido nesses modelos têm elementos comuns que são primordiais para a obtenção dos resultados esperados e a divisão de todos os benefícios trazidos por este: a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização das culturas locais e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, em todas as etapas dos processos de planejamento, nas tomadas de decisões e no monitoramento dos resultados.

Buscando assim, ressignificar e fazer com que as comunidades locais, não só se orgulhem de suas identidades históricas, mas se conscientizem e se apropriem dos potenciais benefícios advindos do desenvolvimento da atividade de ecoturismo de base comunitária. Inspirando e encorajando a criação de novas iniciativas por todo território nacional.

6. REFERÊNCIAS

Barbosa, L. M. (2011). Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará. 160f. (Dissertação de Mestrado) - Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.

Bursztyn, I., Delamaro, L.S., Saviolo, S., & Delamaro, M. (2003). Benchmarking: Prainha do Canto Verde. Caderno Virtual de Turismo, 3(3), 18-32.

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/beberibe/pesquisa/39/30279?tipo=ranking>>. Acesso em 29 set. 2019

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goias/pesquisa/39/30279?tipo=ranking&ano=2006>>. Acesso em 29 set. 2019

< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>>. Acesso em 29 set. 2019

< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/pesquisa/39/30279?tipo=ranking&ano=2006>>. Acesso em 29 set. 2019

CEBALLOS-LASCURAIN, H. 1995. O ecoturismo como fenômeno mundial. In: Ecoturismo: Um Guia de Planejamento e Gestão, Kreg Lindberg & Donald Hawkins (editores). Tradução de Leila Criistina de M. Darin, São Paulo: Ed. SENAC São Paulo. Pp23-30.

CORIOLANO, L. N. M. T. Ecoturismo e contribuição ao desenvolvimento sustentável em comunidades - Ceará – Brasil. Revista Geográfica de América Central, N° Especial, 2011 COOPER, C. et al. Turismo Princípios e Práticas. São Paulo: Bookman, 2001.

DIAS, R; AGUIAR, M. R. Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições. Campinas: Alínea, 2002.

DIAS, R. Sociologia do Turismo. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IDSM. 2010. Plano de Gestão da Reserva de desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé, AM.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Trad., Contexto Traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

Kastenholz, E. (2003). A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais, in Orlando Simões, e Artur Cristóvão (orgs.), TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra. 203-216.

MELLINGER, L. L. Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2013. 201p.

MELLO, 2008, p. 35 In: TARGINO, THIOLLENT, JEAN-MARIE. Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

Mendes, E. G., & Coriolano, L. N. M. T. A (2003). Prainha do Canto Verde: Locus de Resistência e Turismo Comunitário, In Coriolano, L. N. M. T.; Lima, L. C. (Orgs.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Sociambiental..Cap. 12, (173-196). Fortaleza: Eduece.

MENDONÇA, T, R. Turismo e participação comunitária: ‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou? Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado em Psicologia de Comunidade e Ecologia Social.

MOLINA, Sergio. O pós-turismo. São Paulo: Aleph, 2003

Lima, M. A.; Freixo, A. A. (2012). Dialogando saberes no campo: um estudo de caso em uma Escola Família Agrícola. In Anais do VIII Encontro nacional de pesquisa.

OKAZAKI, E. A community-based tourism model: its conception and use. Journal of Sustainable Tourism, v. 16, n. 5, p. 511-529, 2008.

PAIVA, L. O. C. Ecoturismo Brasileiro. *Revista Ecoturismo no Brasil*. Brasília: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Banco de Dados do IBAMA. Disponível em:
<<http://www2.ibama.gov.br/parques/reuc/1015.htm>>. Acesso em 5 set. 2019.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. O. Abordagens participativas para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: AS-PTA/Actionaid Brasil, 1999.

RODERJAN, C.V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y.S.; HATSCHBACH, G.; KIRCHNER, F.F. Levantamento da vegetação da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba – APA de Guaratuba. Curitiba: Departamento de Silvicultura e Manejo, UFPR, 78p. 1996.

RUSCHMANN, D, V. de M. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SARAIVA, Maria Lianeide A. S. Faces dos novos usos do território litorâneo de Beberibe/CE: lazer e turismo em Praia das Fontes e Prainha do canto Verde. 2002. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). UECE, Fortaleza, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais.

SEMA/PRÓ-ATLÂNTICA. Turismo em unidade de conservação - Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba. Relatório apresentado pela Ambiental Consultoria, Curitiba, PR, 2002e.

SIMMONS, D. Community participation in tourism planning. *Tourism Management*, v. 15, n. 2, p. 98-108, 1994.

Steinberger, M. (2009). Turismo, território usado e cidade, In Marília Steinberger. (Org.) Territórios Turísticos no Brasil Central. (29-55). Brasília: LGE.

Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras; Marta Irving. 2002.

ORGANIZAÇÃO Roberto Bartholo Davis Gruber Sansolo Ivan Bursztyn.

Zanotti, C., & Barroso, M. (2010). Semeando o turismo comunitário pelo Brasil - parte 1. São Paulo: Série Turisol de Metodologias de Turismo Comunitário.

| Modelos Seleccionados e Categorização dos Modelos | Ano do Projeto | Tipo de Gestão? | Atuação de agências ou operadoras? | Atuação de pesquisas científicas | Faz parte de alguma rede de TBC? | Distribuição dos benefícios? | Programas socioeducativos? | Subsídios do governo? | Capacitação e qualificação | Saúde (mortalidade, drogas, prostituição, homicídios) | Número de comunidades/ famílias envolvidas | Está dentro de alguma Unidade de Conservação? | Município (Capital e Estado) | Distância até a capital | Incentivo governamental para o desenvolvimento do turismo |
|--|----------------|----------------------------|------------------------------------|----------------------------------|--|---|----------------------------|---|---|--|--|--|------------------------------|-------------------------|--|
| Norte - Pousada Uacari (AM) | 1996 | Participativa deliberativa | Sim | IDSM, INPA, UFAM e UEA | | Entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária | Sim | Bolsa floresta, bolsa família e seguro desuso | Qualificação e capacitação para guias locais, liderança comunitária e para os serviços prestados na | Diminuição significativa a partir da demarcação de RDS Mamirauá | 12 comunidades ribeirinhas envolvidas | Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (1996) | Teré | Maraná - 536 km | Chamada Pública Mur |
| Nordeste - Praia Canto Verde (CE) | 1999 | Participativa deliberativa | Sim | UFPA e UFC | TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário | Entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária | Sim | Bolsa família e seguro desuso | Qualificação e capacitação apenas para formação de lideranças locais e guias | Diminuição significativa a partir da morte investidores em saúde pública e saneamento básico (desde 2000 até a atualidade) | 113 famílias envolvidas | Reserva Estrutural Praia do Canto Verde (2009) | Beberibe | Fortaleza - 129 km | Chamada Pública Mur, PRODETURIS, PRODETUR-AM e PRODETUR-CE |
| Centro-Oeste - Comunidade Quilombola Kalunga (GO) | 2007 | Participativa consórcio | Sim | UFPA e UNB | ACHA/NE - Associação de Agências e Receptivos da Chapada dos Veadeiros | Entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária | Sim | Bolsa família | Qualificação e capacitação para guias locais | Diminuição na mortalidade infantil, nos índices de violência e prostituição e de dependentes químicos | Todas de origem Kalungas | Estação Ecológica Chapada de Nova Roma (2017) | Cavalcante | Goiânia - 539 km | Chamada Pública Mur |
| Sudeste - Quilombo do Caminho (RJ) | 2000 | Participativa deliberativa | Sim | UFPA, UNIRIO e PUC | AMDC - Associação de Moradores do Caminho | Entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária | Sim | recursos mensais oriundos da Fundação Cultural Palmares no Rio de Janeiro para manutenção dos | Qualificação de todos os moradores locais para liderança comunitária e profissões de bens e serviços turísticos | Diminuição significativa da taxa de mortalidade, índices de violência, prostituição e consumo de drogas | 50 famílias de descendentes quilombolas diretamente envolvidas | Não | Paraty | Rio de Janeiro - 275 km | Chamada Pública Mur |
| Sul - Canoa Caiçara Baía de Guaratuba (PR) | 2001 | Participativa consórcio | Sim | UFPR e JAP | RCTC - Rede Caiçara de Turismo Comunitário | Entre todos os moradores locais envolvidos nas atividades de ecoturismo de base comunitária | Sim | Bolsa família | Qualificação de todos os moradores locais para liderança comunitária e profissões de bens e serviços turísticos | Diminuição significativa da taxa de mortalidade, índices de violência, prostituição e consumo de drogas | 5 comunidades caiçaras | Área de Proteção Ambiental Guaratuba | Guaratuba | Curitiba - 101 km | Chamada Pública Mur |

7. APÊNDICE